Universidade de Brasília – UnB

Faculdade de Ciência da Informação – FCI

Curso de Graduação em Biblioteconomia

Diretrizes Para a Realização de uma Rede Virtual de Bibliotecas Espíritas no Distrito Federal

Camila Dória Freire Souza

Brasília-DF – 2014

Universidade de Brasília – UnB

Faculdade de Ciência da Informação – FCI

Curso de Graduação em Biblioteconomia

Diretrizes Para a Realização de uma Rede Virtual de Bibliotecas Espíritas no Distrito Federal

Camila Dória Freire Souza

Monografia a ser apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Biblioteconomia

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Simone Bastos Vieira

Brasília-DF - 2014

Souza, Camila Dória Freire.

Diretrizes para a realização de uma rede virtual de bibliotecas espíritas no Distrito Federal / Camila Dória Freire Souza. – Brasília: O autor, 2014.
83 f.

Monografia (Graduação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Orientadora Dr^a. Simone Bastos Vieira

1. Rede de Bibliotecas I. Vieira, Simone Bastos. II. Universidade de Brasília. Graduação em Biblioteconomia. III. Título.

CDU – 021.6

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pela oportunidade de mais uma existência de muitos erros e aprendizados.

À minha família, em especial os meus pais Júlio e Luciana, minha irmã Mônica, meus sobrinhos Eduardo e Júlia, meu cunhado Keoma e todos os meus avós, tios e primos.

À Gabriela, pelo apoio incondicional durante toda minha trajetória.

Aos amigos, pelos tempos de distração e divertimento.

À querida professora Simone, minha orientadora, pelos momentos de aprendizado e por acreditar desde o início que eu conseguiria realizar esse projeto.

Enfim, a todos que contribuíram de alguma maneira para que essa pesquisa fosse realizada com bastante êxito.

Ninguém pode voltar atrás e fazer um novo começo, mas qualquer um pode começar agora e fazer um novo fim.

- Chico Xavier

RESUMO

A biblioteca é um organismo em constante crescimento. Ranganathan nos trouxe essa concepção no século passado e ainda assim ela se aplica aos nossos dias atuais. Percebemos que as bibliotecas vêm se interessando em expandir o seu acervo, de forma cooperativa, em benefício do seu usuário. O fenômeno decorrente disso é a formação de diversas redes de bibliotecas.

O compartilhamento de acervo proporciona uma maior interação entre as unidades de informação, fazendo com que exista uma cooperação mútua entre as bibliotecas. Dessa forma, o leque de opções dos usuários aumenta.

No que condiz às bibliotecas espíritas do Distrito Federal, percebe-se que não há qualquer tipo de interação entre as mesmas. Daí surgiu a motivação de se realizar essa pesquisa, para propor uma solução, ou pelo menos as diretrizes a serem tomadas, para esse problema que é a desconexão das bibliotecas espíritas no Distrito Federal.

Partimos do levantamento das bibliotecas espíritas existente no Distrito Federal, depois fizemos um diagnóstico sobre a situação de cada uma e finalizamos com diretrizes para se realizar uma Rede Virtual de Bibliotecas Espíritas.

Palavras-chave: Rede de Bibliotecas. Bibliotecas Espíritas. Diretrizes. Diagnóstico.

ABSTRACT

Library is an organism in constant increase. Last century Ranganathan brought us this conception which is still applied nowadays. It is known that libraries are interested in expanding its books collections to the benefit of the users, and as a result another phenomenon arose: the development of the networking of libraries.

To share collections can provide a greater interaction between information units, which will lead to a mutual cooperation between libraries. In this manner, it increases the range of options available to the users.

With regards to the Spiritists Libraries in Distrito Federal, one can see that there are no interaction involved. Thus, the necessity emerged to perform this research, in order to propose a solution, or at least guidelines to be taken in that respect.

We've started by mapping the distribution of the city's spiritists libraries, followed by a diagnosis of their situation. We finished this research project with plans of action to develop a virtual network of spiritists libraries.

Key words: Libraries Network. Spiritists Libraries. Guidelines. Diagnostics.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais redes no Brasil até 1980	31
Quadro 2: Objetivos de uma rede de informação	40
Quadro 3: Perfil do acervo	62
Quadro 4: Recursos humanos	63
Quadro 5: Serviços prestados pela biblioteca	64
Quadro 6: Equipamentos disponíveis	65
Quadro 7: Formato bibliográfico dos documentos	66

LISTA DE SIGLAS

AACR2 - Anglo American Cataloguing Rules

BCE - Biblioteca Central

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BIBL – Sistema de Referência Bibliográfica

BIBR – Bibliotecas Integradas de Brasília

BIREME - Biblioteca Regional de Medicina

BLCMP - Birmingham Libraries Cooperative

BRAPCI - Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação

BVS - Biblioteca Virtual em Saúde

CAG - Cooperative Automation Group

CALCO - Projeto de Catalogação Cooperativa Automatizada

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CARL - Colorado Alliance of Research Libraries

CBEC – Coordenadoria de Bibliotecas Escolares e Comunitária

CCL - Catálogo Coletivo Regional de Livros do Estado de São Paulo

CCN - Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos

CCN - Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos

CDE – Classificação Decimal Espírita

CIID – Consejo de Investigaciones e Informacionen Desarrollo

COMUT - Programa de Comutação Bibliográfica

CONSER - Cooperative Online Serials

CURL - Consortium of University Research Libraries

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FEDF – Federação Espírita Do Distrito Federal

FEDORA – Flexible Extensible Digital Object Repository Architecture

FTP - File Transfer Protocol

HTML - HyperText Markup Language

HTTP - Hypertext Transfer Protocol

IBBD - Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ISO - Documentation – Format for Bibliographic Information Interchange on
Magnetic Tape
JANET - Joint Academic Network
LASER - London and South Eastern Region
LSP - Linked Systems Project
MARC - Machine-Readable Cataloging
MELVYL – Information Retrieval System
OCLC - Online Computer Library Center
OLIS - Ohio Library and Information System
OPAC - Online Public Access Cataloguing
PROSSIGA – Programa de Informação e Comunicação para Ciência e
Tecnologia
PUCPR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RDF – Resource Description Framework
RIDI – Repositório Digital do IBICT
RLG - Research Libraries Group
RLIN - Research Libraries Group
RNP – Rede Nacional de Pesquisa
RVBI – Rede Virtual de Bibliotecas
SABI – Subsistema de Administração de Bibliotecas
SCIELO – Scientific Electronic Library Online
SIC - Serviço de Intercâmbio de Catalogação
SLS - Information Systems
SQL – Server Query Language
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNISIST - United Nations International Scientific Information System
WLN - Western Library Network

SUMÁRIO

RESUMO	vii
LISTA DE QUADROS	ix
LISTA DE SIGLAS	x
1. INTRODUÇÃO	15
2. OBJETIVO GERAL	17
2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
3. JUSTIFICATIVA	17
4. METODOLOGIA	18
4.1 TIPOS DE PESQUISA	19
4.2 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA	20
4.3 CARACTERIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS SELECIONADAS	22
4.4 QUESTIONÁRIO	22
5. REVISÃO DE LITERATURA	23
5.1 CONCEITUAÇÃO E HISTÓRICO DE REDES E SISTEMAS DE BIBLIOTECAS	24
5.2 REDES DE BIBLIOTECAS NO EXTERIOR E NO BRASIL	28
5.3 FORMATOS E PADRÕES BIBLIOGRÁFICOS	32
5.3.1 ISO 2709	33
5.3.2 MARC	34
5.3.3 DUBLIN CORE	36
5.3.4 AACR2	37
5.3.5 PROTOCOLO Z39.50	38

5.4 REDES DE INFORMAÇÃO	39
5.5 EXEMPLOS DE REDES E SISTEMAS DE BIBLIOTECAS	43
5.5.1 REDE ESPECIALIZADA EM DIREITO	43
5.5.2 REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES	43
5.5.3 REDE DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	46
5.5.4 REDE DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, ESPECIALIZADAS E ESCOLARES	46
5.6 SISTEMA DE INFORMAÇÃO	47
5.7 SISTEMAS AUTOMATIZADOS PARA BIBLIOTECAS	49
5.7.1 PERGAMUM	51
5.7.2 ALEPH	53
5.7.3 SOPHIA	54
5.7.4 SOFTWARE LIVRE E O DSPACE	54
6. A COMUNIDADE ESPÍRITA: CONCEITO E CARACTERÍSTICAS	56
6.1 O QUE É O ESPIRITISMO?	56
6.2 O PLANEJAMENTO PARA A FORMAÇÃO DE UMA REDE VIRTUAL	60
6.3 ANÁLISE DOS DADOS	62
6.4 DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DE UMA REDE VIRTUAL DE BIBLIOTECAS ESPÍRITAS NO DISTRITO FEDERAL	66
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72
9. ANEXO A (MODELO DE QUESTIONÁRIO)	79

1. Introdução

O número de redes de bibliotecas cresce a cada ano que passa. As unidades administrativas têm percebido que uma maior interação entre diversos grupos de trabalho pode se tornar um benefício além do esperado. Como resultado, bibliotecas de todo Brasil estão aderindo à formação de uma rede corporativa, onde o acervo de uma biblioteca pode ser acessado por diversas outras. Os maiores beneficiados são, claro, os usuários, que se veem com um número muito maior de opções de conteúdos e suportes.

As atividades cooperativas caracterizam-se por aderirem à aquisição consorciada, catalogação cooperativa, catálogos coletivos, acesso a OPAC (Online Public Access Cataloguing), acesso a documentos (comutação) e empréstimos entre bibliotecas (LEIRO, 2010).

Rede de bibliotecas é definida por Leal (2011) como uma “união de duas ou mais bibliotecas em razão de uma determinada finalidade ou em função da realização de um determinado serviço”. Ela ainda complementa dizendo que “no âmbito da Web, as redes de bibliotecas constituem em uma conexão entre bibliotecas independentes para utilizar e/ou organizar uma base de dados comum entre elas a fim de vender e/ou oferecer serviços e produtos” (LEAL, 2011).

Sabemos que um dos principais motivos que levam as bibliotecas a se unirem em uma rede é desejo que elas têm em promover um maior acesso à informação para os seus usuários (WOODSWORTH, 1991). Além do mais, uma rede de bibliotecas possui inúmeras vantagens, das quais destacamos a redução de alguns custos, a ampliação do acervo e dos serviços de informação, a integração entre diferentes bibliotecas, entre outras coisas.

Partindo para a parte específica desse trabalho, que envolve as bibliotecas espíritas, salientamos que o espiritismo encontra o seu berço em Lyon, na França, no ano de 1857, com a publicação do Livro dos Espíritos. Desde então, a comunidade espírita encontra-se em constante expansão, especialmente no Brasil.

Em censo realizado pelo IBGE no ano de 2010¹, o número de pessoas que se declaravam espíritas era de 3.8 milhões, chegando, no Distrito Federal, aos 89 mil. O Censo 2010² também revelou que o grupo de espíritas é o que possui os melhores indicadores de educação: 31,5% têm nível superior completo, 15% têm ensino fundamental incompleto, 1,8% não têm instrução e apenas 1,4 % dos espíritas não são alfabetizados. Por fim, observou-se que o espiritismo foi uma das religiões que apresentou maior crescimento em 10 anos (65%)³.

Importante notar que o espiritismo é tradicionalmente uma religião de leitores. Tendo por base 5 obras principais - a saber: “O Livro dos Espíritos”, “O Livros dos Médiuns”, “O Evangelho Segundo o Espiritismo”, “O Céu e o Inferno” e “A Gênese” -, conta ainda com diversas doutrinas de apoio. Geraldo Campetti Sobrinho, em publicação de 2009, informa que a quantidade de títulos da literatura espírita ultrapassa a soma dos cinco milhões.

Ao todo, somamos 100 Centros Espíritas no Distrito Federal. O universo da nossa pesquisa refere-se, entretanto, às 25 bibliotecas espíritas que responderam ao nosso contato inicial. Em nosso trabalho procuramos desenvolver o método de pesquisa-ação - explicado na metodologia -, aliando, dessa forma, o objetivo da pesquisa a um objetivo de ação. Adotamos também a amostragem por conveniência, onde selecionamos algumas bibliotecas espíritas de acordo com os profissionais que lá atuavam.

Fizemos um levantamento dos conceitos e da historiografia de rede de bibliotecas no Brasil e no exterior, rede de informação, citando alguns exemplos de redes de bibliotecas brasileiras, os principais sistemas de automação para bibliotecas, e em seguida realizamos um diagnóstico da atual situação das bibliotecas espíritas do Distrito Federal. Ao final propomos algumas diretrizes a serem formadas para o surgimento de uma Rede Virtual de Bibliotecas Espíritas no Distrito Federal.

2. Objetivo Geral

- ✓ Propor diretrizes para uma rede de bibliotecas na comunidade espírita no Distrito Federal.

2.1 Objetivos Específicos

- ✓ Discorrer sobre os conceitos de redes e sistemas de bibliotecas;
- ✓ Identificar a quantidade e a característica das bibliotecas nos Centros Espíritas no Distrito Federal
- ✓ Apresentar diretrizes para a formação de uma rede de bibliotecas nos Centros Espíritas do Distrito Federal.

3. Justificativa

A integração entre diversas bibliotecas acarreta a vantagem de se estabelecer uma conexão; conexão essa que vai além das paredes da biblioteca, que procura desenvolver soluções para problemas em comum e preencher lacunas de ambos os lados. Criar uma rede de biblioteca não é uma tarefa fácil; é preciso entender todos os detalhes e os procedimentos que estão por trás de cada etapa. Porém, quando se consegue realizar tal feito, podemos considerar que os usuários são os maiores beneficiados.

Percebemos hoje a movimentação de inúmeras empresas, órgãos, universidades e demais bibliotecas para organizar uma rede virtual de bibliotecas, com o objetivo de ampliar o acervo e atender a crescente demanda de usuários. E é sempre bom lembrar que “uma unidade de informação não existe de forma isolada”. (LIMA, 2008)

Há que se destacar também as dificuldades quando se pensa em desenvolver uma rede de biblioteca. O professor Jayme Leiro (2006) em seus *slides* sobre “Redes Bibliográficas”, feitos para a turma “Redes de Informação e Transferência de Dados” informa que os problemas comuns encontrados na implantação e manutenção de uma rede de bibliotecas são:

- infraestrutura tecnológica deficiente e desequilíbrio tecnológico na rede;
- nível informacional deficiente do pessoal, boa parte não é da área de informação;
- ausência de espírito de trabalho e equipe: espírito cooperativo;
- descasamento entre contexto interno da rede e contexto externo (legislação, forças políticas e administrativas etc).

É preciso pensar em uma solução para todos esses problemas. Por isso é tão importante a etapa do planejamento, porque nela se pode pensar nos dificuldades e nas soluções que serão tomadas.

De acordo com Woodsworth (1991) apud Fonseca (2005), uma das principais motivações pelas quais as bibliotecas se integram em redes é o “autêntico desejo de promover maior acesso à informação”. Além disso, destacam-se algumas vantagens que estimulam as bibliotecas a participar de ações coletivas, como:

- redução de custos;
- prestar melhor serviço ao usuário em decorrência da ampliação do acesso à informação;
- reconhecimento da sociedade.

Além de todos esses fatores, percebemos uma ausência de material que trate sobre a comunidade espírita, e por essa razão esse trabalho visa ao estudo das características e peculiaridades desse grupo de leitores e usuários.

4. Metodologia

Para Gonçalves (2011), a metodologia é a “explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata de toda ação desenvolvida no método do trabalho da pesquisa”. Segundo o autor, na metodologia é necessário que se registrem:

- a) a explicação do tipo de pesquisa;
- b) instrumentos utilizados (questionários, entrevistas, etc.);

- c) tempo previsto;
- d) equipe de pesquisadores e divisão do trabalho;
- e) formas de tabulação e;
- f) tratamento dos dados (gonçalves, p.50, 2011).

Bruyne (1991) apud Menezes (2014) afirma que “a metodologia é a lógica dos procedimentos científicos em sua gênese e em seu desenvolvimento, não se reduz, portanto, a uma “metrologia” ou tecnologia da medida dos fatos científicos”. Para ele,

a metodologia deve ajudar a explicar não apenas os produtos da investigação científica, mas principalmente seu próprio processo, pois suas exigências não são de submissão estrita a procedimentos rígidos, mas antes da fecundidade na produção dos resultados (BRUYNE, 1991 apud MENEZES, 2014).

4.1 Tipos de Pesquisa

Todos nós, em determinada época de nossas vidas, fazemos uma pesquisa. Pesquisar é a busca ou procura por respostas para alguma coisa ou determinado problema. “É na pesquisa que utilizaremos diferentes instrumentos para se chegar a uma resposta mais precisa. O instrumento ideal deverá ser estipulado pelo pesquisador para se atingir os resultados ideais” (GONÇALVES, p. 46, 2011).

Sabemos que as pesquisas podem ser classificadas como quantitativas ou qualitativas. No caso do nosso trabalho, utilizaremos a pesquisa qualitativa, que segundo Denzin e Lincoln (2000, p.1) apud Menezes (2014)

... envolve uma abordagem interpretativa e naturalista de seu objeto de estudo. Isso significa que pesquisadores qualitativos estudam coisas em seu cenário natural, buscando compreender e interpretar o fenômeno em termos de quais os significados que as pessoas atribuem a ele.

O presente trabalho caracteriza-se por ter como método de pesquisa a “pesquisa-ação”, sendo um estudo de caso da situação das bibliotecas espíritas do Distrito Federal, objetivando a proposta de diretrizes de uma Rede

Virtual de Bibliotecas Espíritas. Segundo Lima (2008), a “pesquisa-ação permite aliar um objetivo de pesquisa a um objetivo de ação”.

Segundo Thiollent (1998, p. 14) apud Lima (2008), a pesquisa-ação

é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

4.2 Universo e amostra da pesquisa

Ao todo, temos exatamente 100 Centros Espíritas cadastrados no site da Federação Espírita do Distrito Federal (FEDF). Desse número, apenas 27 Centros que entramos em contato responderam a questão da existência ou não de bibliotecas. Desse número, 25 afirmaram que possuem biblioteca e 2 responderam que não possuíam. Esse levantamento foi feito no período entre setembro e novembro, e nesse contato inicial questionamos apenas se o Centro Espírita possuía biblioteca e, se a resposta fosse sim, qual era o tipo de profissional que lá atuava.

O universo da pesquisa se refere às 25 bibliotecas espíritas existentes nas Casas Espíritas do Distrito Federal. A amostra tem representação limitada a 4 bibliotecas escolhidas pela pesquisadora. Foram selecionadas por

conveniência, e podem ser consideradas como uma amostragem intencional, também chamada de amostragem por conveniência.

Essa escolha se deu após uma análise de quais profissionais são responsáveis pelas unidades indicadas para fazerem parte do estudo de caso fazendo com que este se torne um método de amostragem não probabilístico. Silva (2005) afirma que:

em um delineamento de amostragem de conveniência a amostra é constituída por unidades selecionadas da população objetivo por algum critério de conveniência, muito frequentemente relacionado à acessibilidade das unidades (SILVA, 2005, p. 17).

Para Creswell (2010),

a ideia por trás da pesquisa qualitativa é a **seleção intencional** dos participantes ou dos locais (ou dos documentos ou do material visual) que melhor ajudarão o pesquisador a entender o problema e a questão de pesquisa (CRESWELL, 2010, p. 212).

É importante destacar que essa técnica possui limitações quanto aos resultados obtidos da amostra ao todo, isto é, do universo estudado. Os critérios considerados para a escolha foram definidos conforme a sua conveniência para a realização da pesquisa:

- a) Localização: pesquisa limitada a instituições localizadas no Distrito Federal (Brasil);
- b) Requisitos: possuir profissionais formados em Biblioteconomia, estudantes de Biblioteconomia, profissionais com outra formação superior.

As bibliotecas são gerenciadas da seguinte forma: a primeira está sob a responsabilidade de uma bibliotecária, duas têm como responsáveis estudantes de Biblioteconomia e a quarta é gerenciada por uma profissional formada em Administração.

Segundo Boyd e Westfall (1984) apud Menezes (2014), “a amostragem é o método que permite a rápida obtenção de informações a baixo custo, tendo

em vista limitações de tempo ou financeiras, cujos itens são selecionados por serem mais acessíveis”.

4.3 Caracterização das bibliotecas selecionadas

Biblioteca: Biblioteca Semente de Luz

Centro Espírita: Sociedade Divulgadora do Espiritismo Cristão

Endereço: CLN 204 Bloco A Loja 67 (Brasília-DF)

Biblioteca: Biblioteca Espírita Dilermando Balbino

Centro Espírita: Centro Espírita Campos da Paz

Endereço: Quadra 10 Conjunto I Lotes 18/ 19 Buritis II (Planaltina-DF)

Biblioteca: Biblioteca Espírita Luiz Sérgio

Centro Espírita: Centro Espírita Fraternidade Emmanuel

Endereço: Quadra 26 Conjunto A Lotes 08/10 Buritis IV (Planaltina-DF)

Biblioteca: Biblioteca Francisco de Assis

Centro Espírita: Grupo Assistencial Francisco de Assis

Endereço: Estrada da Cachoeirinha, 680 (Paranoá-DF)

4.4 Questionário

O questionário enviado, em anexo A, tem como objetivo a percepção de um diagnóstico a respeito da atual situação das bibliotecas do meio espírita. Através dele podemos ter uma noção de como sugerir o melhor plano e as

melhores estratégias para se propor diretrizes de uma Rede Virtual de Bibliotecas Espíritas.

Após constatar quais eram as bibliotecas espíritas que eram coordenadas por bibliotecários, estudantes de Biblioteconomia, e profissionais com ensino superior completo, entramos em contato com os mesmos para solicitá-los que respondessem o questionário em questão.

Através do questionário podemos analisar qual era o perfil do acervo (de acordo com a Classificação Decimal Espírita – CDE), a quantidade de profissionais atuantes na biblioteca, quais são os serviços prestados pela biblioteca, além de colher informações sobre os equipamentos eletrônicos existentes e softwares. Também procuramos saber se essas unidades de informação usavam algum tipo de formato bibliográfico de automação de biblioteca.

5. Revisão de Literatura

A revisão de literatura é definida por Taylor e Procter (2001) apud Moreira (2004) como “uma tomada de contas sobre o que foi publicado acerca de um tópico específico”.

Noronha e Ferreira (2000) apud Moreira (2004) afirmam:

A revisão de literatura é uma ferramenta importante para otimização do trabalho de investigação, pois “[...] propicia ao pesquisador tomar conhecimento, em uma única fonte, do que ocorreu ou está ocorrendo periodicamente no campo estudado, podendo substituir a consulta a uma série de outros trabalhos. [...]”

Para Moreira (2004), “o primeiro passo em direção a uma boa revisão de literatura é uma pesquisa bibliográfica o mais abrangente possível”.

A pesquisa bibliográfica é, como se vê, uma fase da revisão de literatura, assim como é fase inicial para diversos tipos de pesquisa. A partir desta é que se organiza a revisão que, conforme descrito anteriormente, requer postura crítica, cotejo das diversas opiniões expressadas. (MOREIRA, 2004)

Para a realização desse projeto, foram consultadas as seguintes fontes: Scielo, Google Acadêmico, BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), BDTD – BCE (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – Biblioteca Central) e BRAPCI (Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação) além de especialistas na área, como o Professor Mestre Márcio Bezerra da Silva. As expressões usadas para conseguir tais resultados foram: rede de bibliotecas, rede de informação, sistema de biblioteca e sistema de informação.

5.1 Conceituação de redes e sistemas de bibliotecas

Os autores e a literatura apresentam vários conceitos de redes de bibliotecas, redes de informação, sistemas de informação, que muitas vezes são semelhantes em suas características. Expomos alguns desses conceitos que podem colaborar na compreensão dessa temática.

O termo “rede” tem origem no latim, como esclarece Santos (2008), e significa “o entrelaçamento de fios com aberturas regulares que forma uma espécie de tecido”.

Valera Orol, Garcia Melero e Gonzalez Guitian (1988) apud Oliveira (2012) definem rede de biblioteca como “conjunto de bibliotecas ou sistemas de bibliotecas que, embora conectados, mantém a sua autonomia administrativa; sendo a cooperação entre as instituições o sustentáculo da rede”.

O sentido de rede está entrelaçado com a concepção de colaboração, cooperação e compartilhamento, termos esses que podem ser considerados sinônimos, segundo Tomaél (2008) apud Oliveira (2012). Oliveira (2012) corrobora que o sucesso de uma rede está profundamente ligado com o nível de comprometimento de seus integrantes.

Os professores Murilo Bastos e Cordélia Robalinho em seu livro *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*, nos mostram que a rede de biblioteca é definida como “complexo de agências, bibliotecas, centrais de informação, centros e serviços de documentação ou informação, integrados num sistema de transferência e obtenção de informações”. Eles ainda nos

esclarecem que um dos objetivos de uma rede é “mostrar o conteúdo de um grande número de bibliotecas ou de um grande número de publicações, principalmente por meio do acesso a bases de dados catalográficos”.(CUNHA; CAVALCANTI, 2008).

Afirmam Santos e Ribeiro (2003, p. 205) apud Santos (2008) que redes podem ser consideradas como “diversos pontos de comunicação conectados a um único sistema através de terminais remotos ou outros equipamentos.” Para complementar os autores tratam rede em um aspecto mais tecnológico, afirmando que são “grupos de computadores conectados através de placas e cabos, que podem comunicar-se entre si e compartilhar determinados arquivos e periféricos”. (SANTOS e RIBEIRO, 2003, apud SANTOS, 2008)

Em uma tradução livre de alguns conceitos trazidos por Martin (1986, p. 2), Fonseca (2005) define rede de bibliotecas como “um grupo de indivíduos ou organizações que estão interconectados formando um sistema para cumprir algum objetivo específico”. Para ele, “esta conexão deve incluir um sistema de comunicação, e muitas redes existem com o exposto propósito de facilitar certos tipos de comunicação entre seus membros” (MARTIN, 1986 apud FONSECA, 2005, tradução livre do autor).

Rowley (1994) afirma que “os objetivos principais das redes são: revelar o conteúdo de um grande número de bibliotecas e tornar esses recursos disponíveis para bibliotecas e usuários específicos.” A autora também diz que “as principais instituições que atuam no setor de interligação por redes são: grandes bibliotecas nacionais ou serviços de catalogação centralizada, além de empreendimentos cooperativos encetados por grupos de bibliotecas” (ROWLEY, 1994).

Gonzalez, Martins e Toledo (2009) apud Siqueira (2011) corroboram que a relação em rede das unidades de informação “melhora o processo de aprendizagem pelo fato de aproximar indivíduos que, embora atuem distantes um dos outros, são conectados por estruturas que intensificam a comunicação e a troca de conhecimento.”

Pode-se verificar que, para Tomaél (2005), “os serviços cooperativos foram evoluindo tornando-se mais sofisticados com o passar do tempo, principalmente após a adoção de padrões de cooperação.”

Ainda falando sobre cooperação, Silva (1986) apud Feijó (2009) esclarecem que “o serviço cooperativo entre as bibliotecas surge como uma possibilidade de ampliação do universo informacional dos usuários e como forma de racionalização de recursos” Além disso,

o trabalho cooperativo tem sido fortalecido nas unidades de informação com base no reconhecimento das limitações de um trabalho isolado e de todas as dificuldades de ordem econômica impostas pela produção intensiva da informação, que impedem a manutenção de uma coleção completa e atualizada.

As redes são interligadas, como nos diz Rowley (1994), e “as barreiras existentes são determinadas menos pelas limitações físicas das redes do que pelos mecanismos de obtenção de licenças e acesso”. A autora coloca que as restrições impostas pela tecnologia são mínimas e que “as redes que interligam bibliotecas farão uso do complexo das redes de telecomunicações para estabelecer comunicação entre bibliotecas, outras organizações e os usuários.” (ROWLEY, 1994)

Para Siqueira (2011), “as redes de bibliotecas estão surgindo para o aluno, professor, instrutor, pesquisador, como grandes fontes de pesquisa e de divulgação de produção acadêmica”. Para ela, “os serviços das redes não se restringem apenas aos catálogos de seus acervos” (SIQUEIRA, 2011)

Em seus slides sobre “Redes Bibliográficas”, feitos para a turma “Redes de Informação e Transferência de Dados”, o professor Jayme Leiro (2006) elucida que os objetivos centrais de uma rede de bibliotecas são:

1. mostrar conteúdo de muitas bibliotecas, ou muitas publicações, por meio do acesso a bd catalográficas através de catálogos em linha (opac);
2. disponibilizar os recursos das bd para as bibliotecas e usuários, onde e quando forem necessários;
3. compartilhar custos e esforços na criação de bd por meio de intercâmbio de registros.

Ainda segundo o professor Jayme, as principais funções de apoio de uma rede de biblioteca são:

1. distribuição de documentos eletrônicos, especialmente periódicos;
2. acesso do usuário final a outras bases e CD-ROM,
3. serviços de valor agregado: e-mail, FTP (File Transfer Protocol), cadastros,
4. intercâmbio de listas de autoridades (pessoais e corporativas), vocabulários, tesouros, dicionários, formatos de registro etc. (LEIRO, 2006, **Redes Bibliográficas**)

Para Oliveira (2012), “o trabalho em rede transcendeu o lado material, sendo possível, hoje, a colaboração, com a troca de experiências, a solução compartilhada de problemas e a elaboração conjunta de procedimentos e serviços”, e tudo isso ocorre “de forma rica por instituições e profissionais que optam por essa forma de atuação, que pode ser denominada rede social de conhecimento”.

Merlo Veja (1999) apud Feijó (2009) esclarece que a cooperação entre bibliotecas requer alguns requisitos, como:

- a) administradores: pessoas responsáveis que participem das atividades cooperativas, já que as bibliotecas compartilham as informações e serviços;
- b) convênios: documentos que formalizem a colaboração;
- c) normas estabelecidas: que devem ser definidas de comum acordo e deverão ser seguidas pelas instituições participantes, pois qualquer tarefa realizada requer que se tenha uma normativa para servir de referência ao desenvolvimento do trabalho. Essas normas servem para gerar a compatibilidade dos dados, para a leitura nos programas e são imprescindíveis para a melhoria na qualidade dos serviços prestados;
- d) estrutura organizacional: que deverá mostrar a representação de todas as bibliotecas na rede;
- e) infraestrutura e métodos técnicos: deverão possuir infra-estrutura e métodos técnicos que dão suporte aos mesmos pois as redes cooperativas tem objetivos comuns que se consolidarão em instruções globais e projetos concretos.

O ambiente em rede é considerado por Oliveira (2012) como um espaço “propício para o intercâmbio informacional e a geração de conhecimentos, já que aproxima as pessoas.” Para ela, o trabalho em rede possibilita maior

interação entre os membros participantes, “estimulando, além do trabalho cooperativo, o compartilhamento de ideias e a colaboração, auxiliando na supressão de lacunas na área e no aprimoramento dos profissionais, serviços, usuários, acervos e produtos” das instituições participantes (OLIVEIRA, 2012).

Importante lembrar que, para o termo ‘Rede’, há inúmeros formatos e estruturas. Vejamos o exemplo de Valera Orol, Garcia Melero e Gonzalez Guitian (1988) apud Oliveira (2012). Para os autores, as redes podem ser divididas em:

- **Redes em estrelas ou centralizadas:** um membro da rede detém a maior parte dos recursos e os controla. Os demais integrantes utilizam-se desse serviço ou produto.
- **Redes descentralizadas ou distribuídas:** os membros possuem recursos similares, embora distintos, e cada membro da rede recorre ao recurso que o outro detém, quando necessário.
- **Redes centralizadas distribuídas:** alguns integrantes controlam a comunicação, atuando como nós distribuidores de informação e recursos.
- **Redes em anel:** distingue-se da rede descentralizada ou distribuída apenas por haver uma ordem pré-fixada de comunicação entre os nós que constituem a rede.
- **Redes hierárquicas:** os que possuem mais recursos costumam ter maior poder de decisão. No entanto, as esferas de nível hierárquico superior só são acionadas quando a demanda não consegue ser saciada nos níveis inferiores. (VALERA OROL; GARCIA MELERO; GONZALEZ GUITIAN, 1988, apud OLIVEIRA, 2012)

5.2 Redes de Bibliotecas no exterior e no Brasil

Segundo Brown (1998), nos Estados Unidos a noção de consórcio entre bibliotecas iniciou-se a partir do interesse da American Library Association em catalogação cooperativa. Esse plano teve o apoio da Biblioteca do Congresso que continuou, na década de 60, com o projeto MARC (Machine-Readable Cataloging), “que oferece dados catalográficos legíveis por computador” (BROWN, 1998). Brown (1998) explica que essa base de dados MARC serviu

como raiz de catálogo coletivo para redes bibliográficas como OCLC (Online Computer Library Center) e RLG (Research Libraries Group).

O autor ainda diferencia “consórcio entre bibliotecas” de “rede de bibliotecas”. Segundo ele, consórcio é a “associação de bibliotecas da mesma região ou do mesmo tipo com interesses comuns e o desejo de compartilhar custos”; já a rede de bibliotecas seria uma “interligação de bibliotecas independentes que usam ou constroem uma base de dados comum”. Nos Estados Unidos existem centenas de consórcios e redes de bibliotecas (BROWN, 1998)

Rowley (1994) afirma que “os Estados Unidos da América estão na liderança mundial em matéria de redes de bibliotecas” e grande parte desse sucesso foi graças a Library of Congress, que deu a primeira contribuição “ao estabelecimento de redes ao atuar como um serviço de catalogação cooperativa centralizada, desde 1901.”

Das redes de bibliotecas dos Estados Unidos, Rowley (1994) destaca as seguintes: CONSER (Cooperative Online Serials), LSP (Linked Systems Project), OCLC – que possui a base de dados com o maior número de registros catalográficos do mundo - , WLN (Western Library Network), RLIN (Research Libraries Group), CARL (Colorado Alliance of Research Libraries), ILLINET Online, OLIS (Ohio Library and Information System) e o MELVYL (Information Retrieval System).

Merecem destaque, segundo Rowley (1994), as seguintes redes no Reino Unido: BLCMP (Birmingham Libraries Cooperative), LASER (London and South Eastern Region), SLS (Information Systems), CAG (Cooperative Automation Group), CURL (Consortium of University Research Libraries), JANET (Joint Academic Network) e UK Office for Library Networking.

No Brasil, as primeiras tentativas de catalogação cooperativa surgiram na década de 40, “com o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC), em 1942, e com o Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos (CCN), em 1947, na Fundação Getúlio Vargas (FGV)” (Ferreira et al. 1979 apud Krzyzanowski 2007). Em 1954, o então IBBD (Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e

Documentação) – atual IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia) – passou a prestar informações centralizadas aos usuários, a partir da revitalização do CCN (Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos). Essas informações eram passadas por telefone ou correspondência (KRYZANOWSKI, 2007).

No decorrer dos anos, passou a ser reproduzido em microfichas e em CD-ROM – descentralizando o atendimento e facilitando a consulta dos interessados. A partir de 1998, o acesso ao CCN tornou-se eletrônico, via WEB. Em 1999, foi implementada a sua interação com o Programa COMUT. (KRYZANOWSKI, 2007).

Feijó (2009) elucida que “as atividades cooperativas nas instituições informacionais tiveram início na década de 1940 e teve como marco o aperfeiçoamento de técnicos brasileiros em universidades americanas” que dessa forma “motivou a criação de um serviço nacional de catalogação cooperativa, único na América Latina”.

A partir dos anos 60, destacou-se a criação da BIREME (Biblioteca Regional de Medicina), que fez convênios com bibliotecas de universidades e centros de documentação em saúde, desenvolvendo um grande trabalho cooperativo. Através da união de acervos de bibliotecas dessa área, houve um grande fortalecimento que potencializou os serviços fornecidos aos usuários, como o serviço de cópias de artigos científicos (KRYZANOWSKI, 2007). “Este esforço cooperativo deu origem à Rede Brasileira de Informação de Ciências da Saúde, na atualidade representada pela Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)” (ZAHER 1993 apud KRYZANOWSKI, 2007).

Silva (2013) esclarece que:

no Brasil, em 1972, o então Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) começa a usar catalogação legível por computador, pelo chamado Projeto CALCO (Projeto de Catalogação Cooperativa Automatizada), que se baseou no formato MARC e contemplando as necessidades brasileiras.

Não podemos deixar de citar o projeto BIBLIODATA/CALCO, desenvolvido em 1977 pela Fundação Getúlio Vargas.

A Fundação Getúlio Vargas vinha incentivando programas especiais que visassem à cooperação bibliotecária, através da Biblioteca Central e do Centro de Processamento de Dados, quando o projeto BIBLIODATA/CALCO foi desenvolvido em 1977. Este projeto buscou estabelecer princípios e rotinas para a implantação dos trabalhos que se prestariam à automação de todos os serviços de informação. (FEIJÓ, 2009)

Sob a responsabilidade da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) surge em 1980 o Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT), que envolve bibliotecas governamentais, universitárias e especializadas, por meio de mecanismo eficiente de acesso à informação existente nos seus acervos, através da reprodução de documentos (KRYZANOWSKI, 2007). Segundo o IBICT (2005), o COMUT “registra atualmente 376 bibliotecas-base, 1.766 bibliotecas solicitantes, 18.611 usuários individuais e fornece cerca de 1.500.000 fotocópias por ano”.

É válido reproduzir aqui o que a autora Tomaél (2005) em seu artigo *Redes de informação: o ponto de contato dos serviços e unidades de informação no Brasil*, demonstra em um quadro explicativo que trata das principais redes no Brasil até a década de 80:

Quadro 1: Principais Redes no Brasil até 1980

Redes	Função na época de criação	Data da criação
SIC – Serviço de Intercâmbio de Catalogação, do DASP	Catalogação Cooperativa	1942-1973
CCN – Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas	Formação de um catálogo coletivo	1954
Projeto CALCO (Catalogação Legível por Computador) – formato baseado em	Projeto para implantação da Catalogação Cooperativa no	1973

MARC	Brasil	
Rede Brasileira de Informação em Ciência da saúde – BIREME	Serviço de Indexação e Resumos	≅1973
COMUT – Programa de Comutação Bibliográfica	Fornecimento de cópias de Documentos	1980
Rede Bibliodata CALCO – Atualmente Rede Bibliodata	Catálogo cooperativa	1982

Fonte: Tomaél (2005)

Segundo Krzyzanowski (2007) o então CCL (Catálogo Coletivo Regional de Livros do Estado de São Paulo) “registrou no final da década de 90, 1.500.000 entradas de monografias e 28.000 entradas de eventos, atendendo a cerca de 16.000 solicitações por ano”.

5.3 Formatos e padrões bibliográficos

Para se criar uma rede de bibliotecas é necessário que as unidades de informação possuam formatos e padrões bibliográficos em comum. A respeito desse assunto, algumas questões importantes são traçadas pelo professor Jayme Leiro (2006) em seus slides sobre “Redes Bibliográficas”, feitos para a turma “Redes de Informação e Transferência de Dados”, como:

1. comunicação interna deve ser monitorada constantemente (atualização de cadastros etc);
2. padrões técnicos devem ser bem estabelecidos (formatos, vocabulários, níveis de participação etc);
3. formalização de padrões e procedimentos por meio de manuais e guias atualizados;
4. treinamento constante do pessoal da rede (centro), dos membros e usuários.

A seguir listaremos alguns importantes padrões e formatos bibliográficos para rede de biblioteca.

5.3.1 ISO 2709

Sobre a padronização da entrada de dados para redes de bibliotecas, destacamos o ISO 2709 (Documentation – Format for Bibliographic Information Interchange on Magnetic Tape), que foi criado em 1973 e que logo depois passou por uma revisão “para se converter no referencial de todos os formatos, como formato de intercâmbio de informações atualmente utilizado no mundo inteiro” (ROBREDO, 2005). O objetivo dessa norma é a definição dos registros que descrevem todas as formas de material possíveis em descrições bibliográficas para um formato comum de comunicação e ela é considerada um marco para a comunicação entre sistemas de processamento de dados (ROBREDO, 2005). O autor ainda lembra que o ISO 2709 “é um formato para comunicação e intercâmbio, e não um formato para processamento interno pelos diversos sistemas” (ROBREDO, 2005)

Côrte [et. al.] (1999) afirma que o ISO 2709 é uma norma que “especifica os requisitos para o formato de intercâmbio de registros bibliográficos que descrevem todas as formas de documentos sujeitos à descrição bibliográfica”

Esta norma, segundo Silva e Dias (2010) “especifica os requisitos para o formato de intercâmbio de registros bibliográficos que descrevem todas as formas de documentos sujeitos à descrição bibliográfica”. Além disso, “os dados produzidos ficam estruturados de forma a possibilitar o intercâmbio dos registros bibliográficos a que pertencem” (SILVA; DIAS, 2010)

O padrão UNISIST (United Nations International Scientific Information System) “apresenta os elementos essenciais de qualquer formato de registro bibliográfico para entrada de dados” (ROBREDO, 2005).

Atualmente a grande maioria dos grandes sistemas internacionais cooperativos, assim como muitos sistemas nacionais ou regionais, utilizam formatos que se baseiam nas indicações do Manual de Referência do UNISIST. (ROBREDO, 2005)

5.3.2 MARC

O MARC foi um projeto desenvolvido pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos em meados dos anos 60. Ele foi criado inicialmente para o processamento somente de livros, mas depois ele foi adaptado para outros formatos como séries, filmes, mapas, manuscritos, partituras musicais e registros sonoros (ROBREDO, 2005). O formato MARC é utilizado por diversas bibliotecas, não só nos Estados Unidos, mas também no Brasil e no mundo todo. Segundo Robredo (2005), “as três primeiras grandes redes bibliográficas com acesso em linha que usam o formato MARC da Biblioteca do Congresso são: QCLC, RLIN e WLN”.

O MARC surgiu como resultado da necessidade de automatizar, com a ajuda dos recursos da informática que começavam a se desenvolver com rapidez nos países avançados, os processos de catalogação bibliográfica baseados nas regras da AACR2. (ROBREDO, 2005)

Oliveira [et. al.] (2004) coloca que o MARC desenvolvido pela LC (Library of Congress) “evoluiu para o MARC 21 adotado internacionalmente como formato de registro bibliográfico pelas bibliotecas”. Além do MARC 21, outros padrões foram desenvolvidos a partir do MARC, como o UK MARC (Reino Unido), CANMARC (Canadá) e CALCO (Brasil). (OLIVEIRA et. al., 2004)

Sobre o MARC 21, Barbosa e Eduvirges (2010) esclarecem que:

Em 1999 surgiu o MARC 21, ou seja, o MARC para o século XXI, voltado ao uso internacional. A família MARC é composta de vários desdobramentos: bibliográfico (completo, conciso e LITE), MARC XML, de autoridades, de coleções, de classificação e de informação comunitária, além das tabelas de codificação para áreas geográficas, países e idiomas.

Segundo os autores, “o MARC 21 foi idealizado para servir de condutor de informações bibliográficas sobre diversos suportes”, sejam eles “material textual impresso ou manuscrito, arquivo de computador, mapas, música, recurso contínuo, material visual e material misto” (BARBOSA; EDUVIRGES,

2010). Eles lembram que “o uso do Formato MARC 21 acelera o processo de descrição bibliográfica ao oferecer mais opções para registros, principalmente registros tirados da internet” (BARBOSA; EDUVIRGES, 2010).

As vantagens do MARC 21 para as bibliotecas são: importância do registro bibliográfico e a catalogação cooperativa, “pois alguns livros que já foram catalogados em outras bases de dados podem ter seus registros importados por outras bibliotecas, diminuindo o trabalho e eliminando erros” (BARBOSA; EDUVIRGES, 2010)..

Para Oliveira [et. al.] (2004), “o MARC é um formato detalhado que oferece flexibilidade na seleção dos campos a serem utilizados para o registro de um documento, incluindo, ainda, um código para campos de uso local”.

Enquanto a catalogação do documento utiliza as regras AACR2 para definir quais são e a forma das entradas e descrever fisicamente, o documento e as tabelas de classificação auxiliam na definição de seus assuntos, o formato MARC organiza essas informações de forma a serem lidas pelo computador e possibilita a descrição bibliográfica de diferentes tipos de documentos. O formato utiliza para tal a estrutura de campos fixos e variáveis, subcampos e indicadores. (OLIVEIRA et. al., 2004)

“O MARC é um formato, um padrão para entrada e manuseio de informações bibliográficas em computador, não um programa de gerenciamento computacional destas informações”, segundo orientam Mey e Silveira (2009) apud Barbosa e Eduvirges (2010).

Rodrigues e Teixeira (2010), afirmam que “o MARC é um formato de intercâmbio de registros legíveis por máquina e tem a função de promover a comunicação da informação” evitando, dessa forma, “a duplicação de esforços por meio do intercâmbio de registros bibliográficos”. Os autores também colocam que “a utilização do formato MARC pelos sistemas de gerenciamento de bibliotecas é de fundamental importância”, não só por conta da “construção de formas de representação para os recursos informacionais”, mas também por causa do intercâmbio de dados bibliográficos, possibilitando dessa forma “a

interoperabilidade entre sistemas de informação”. (RODRIGUES; TEIXEIRA, 2010)

“O projeto MARC impulsiona a catalogação a ajustar-se à mecanização a fim de possibilitar que um livro seja catalogado uma única vez em seu país de origem, proporcionando uma rápida troca de informações”. (MACHADO, 2003, apud SILVA 2013).

Para Mey e Silveira (2009) apud Barbosa e Eduvirges (2010), “os objetivos do MARC visavam principalmente ao seu uso para todo tipo de material, produção de diferentes aplicativos e utilização por diferentes sistemas automatizados”.

Uma das características do MARC é a sua extensibilidade, flexibilidade, além do seu intercâmbio de informações que acontece de uma maneira universal e ági. (BARBOSA; EDUVIRGES, 2010). Minuzzo, Carteri e Nunes (2013) colocam que “o formato MARC torna os dados bibliográficos legíveis por computador e compartilháveis por diferentes sistemas”.

5.3.3 Dublin Core

O Dublin Core, segundo Rosetto e Nogueira (2001) “é um formato menos estruturado e mais flexível, que adota a sintaxe do Resource Description Framework – RDF”. As autoras afirmam que esse formato foi “estabelecido pelo Consórcio W3C, responsável pelo gerenciamento da Internet, propicia um conjunto de 15 elementos padrão, permitindo a inclusão de elementos adicionais para atender às particularidades de cada usuário” (ROSETTO; NOGUEIRA, 2001).

Para Alves e Souza (2007), “o Dublin Core é um padrão de metadados, composto por 15 elementos, planejado para facilitar a descrição de recursos eletrônicos”. Souza et al. (2000) apud Alves e Souza (2007) afirma que as “principais características deste padrão são a simplicidade na descrição dos recursos, entendimento semântico universal (dos elementos), escopo

internacional e extensibilidade”, fazendo com que dessa forma haja uma “adaptação às necessidades adicionais de descrição”.

“O Dublin Core vem sendo adotado internacionalmente por diversas instituições de renome”, segundo Alves e Souza (2007). As autoras afirmam que “no Brasil, a exemplo do que vem ocorrendo em muitos países, instituições envolvidas na geração, recuperação e uso de recursos eletrônicos”.

Weibel (1997) apud Souza, Vendrusculo e Melo (2000) faz a colocação de que o Dublin Core não tem como objetivo ser a substituição de modelos mais elaborados como o código AACR2/MARC, mas sim ser “apenas fornecer um conjunto básico de elementos de descrição que podem ser usados por catalogadores ou não-catalogadores para simples descrição de recursos de informação”.

As principais características do padrão Dublin Core, segundo Souza, Vendrusculo e Melo (2000) são “a simplicidade na descrição dos recursos, entendimento semântico universal (dos elementos), escopo internacional e extensibilidade (o que permite sua adaptação às necessidades adicionais de descrição)”.

5.3.4 Anglo American Cataloguing Rules - AACR2

Segundo Silva (2013), “o Código de Catalogação, em sua segunda edição, revisão 2002 (AACR2), fornece regras para a descrição (catalogação e outras listagens) de materiais contidos em bibliotecas”. Gonçalves, Leão e Vianna (2013) atentam para o fato de que “as regras do AACR2 foram escritas em um momento em que o catálogo da biblioteca ainda era o de fichas”. Mas, apesar disso, “foram publicadas quando as bibliotecas já estavam substituindo as fichas pelos bancos de dados eletrônicos” (GONÇALVES; LEÃO; VIANNA, 2013).

O objetivo do AACR2 é visto por Anzolin (2007) como “a normalização da catalogação a nível internacional, subsidiando o tratamento da informação”. Além disso, o sistema de pontuação e da catalogação pode ser feitos pelo suporte físico da obra (ANZOLIN, 2007).

5.3.5 Protocolo Z39.50

O protocolo Z39.50 é classificado por Rosetto (1997) como “um protocolo de comunicação entre computadores desenhado para permitir pesquisa e recuperação de informação em redes de computadores distribuídos”. Segundo a autora, esse protocolo surgiu da “necessidade de um mecanismo que normalizasse a comunicação entre sistemas de computadores” e em 1988 houve o lançamento da primeira versão do protocolo Z39.50 (ROSETTO, 1997).

Para Rosetto (1997), “uma implementação Z39.50 habilita uma interface única para conexão com múltiplos sistemas de informação, permitindo ao usuário final um acesso quase transparente para outro sistema”.

O Z39.50 é, para Côrte [et. al.] (1999), o protocolo conveniente para “recuperação de informação bibliográfica de computador para computador, possibilitando ao usuário de um sistema pesquisar e recuperar informações de outro sistema, ambos implementados neste padrão”.

O protocolo Z39.50 é tido como uma alternativa para a utilização de catálogos on-line, visto que possibilita “uma interface única para a conexão com múltiplos sistemas de informação nas redes eletrônicas, facilitando ao usuário o processo de busca e recuperação da informação” (UMPIERRE; FAVARETTO; SILVA, 2006).

Ainda segundo Umpierre, Favaretto e Silva (2006), “o uso de bases de dados com um grande volume de informação permite a comunicação entre sistemas que trabalhem com diferentes hardwares e softwares”, e dessa forma fazendo com que o usuário final tenha um acesso praticamente transparente para outro sistema (UMPIERRE; FAVARETTO; SILVA, 2006)

O protocolo Z39.50, através de plataforma TCP-IP, quando aplicado a clientes e servidores funciona como uma espécie de tradutor de linguagem, uniformizando interfaces entre bases de dados e usuário, linguagens internas de comunicação e sintaxes de busca. (UMPIERRE; FAVARETTO; SILVA, 2006)

Os autores ainda nos esclarecem afirmando que “novos comandos e técnicas de busca não têm de ser aprendidos, pois os resultados da pesquisa são apresentados no sistema local” (UMPIERRE; FAVARETTO; SILVA, 2006), e que também “a Library of Congress é a Agência oficial encarregada pela manutenção, atualização, coordenação técnica e pelo desenvolvimento deste padrão de recuperação de informação”. (UMPIERRE; FAVARETTO; SILVA, 2006)

Para Barker (1994) apud Rosetto (1997),

O desenvolvimento de ferramentas como o protocolo Z39.50 permite a consolidação, em redes eletrônicas, de interfaces de busca mais flexíveis, a criação de uma infra-estrutura de informação mais eficiente na identificação e localização de materiais em âmbito mundial e na consolidação das funções que as bibliotecas deverão desempenhar diante das novas propostas em andamento: a construção de bibliotecas eletrônicas, virtuais, digitais, entre outras possibilidades em estudo (BARKER, 1994, apud ROSETTO, 1997).

Segundo Minuzzo, Carteri e Nunes (2013) “o protocolo de pesquisa e recuperação de informações Z39.50 permite o acesso simultâneo tanto aos catálogos de bibliotecas locais quanto ao de bibliotecas mundiais a partir de uma mesma interface”.

5.4 Redes de Informação

Em redes de informação, segundo Tomaél (2005), tem-se a reunião de “pessoas e organizações para o intercâmbio de informações, ao mesmo tempo em que contribuem para a organização de produtos e a operacionalização de serviços que sem a participação mútua, não seriam possíveis”. Tradicionalmente falando, uma rede de informação é um “grupo de unidades e serviços de informação [...] que pode ser a compilação de uma base de dados, um sistema cooperativo de catalogação, entre outras atividades” (TOMAÉL, 2005).

Rede de informação é também considerado “um arranjo formal que reúne várias organizações engajadas para a consecução de objetivos comuns, buscando a troca de informações, materiais e/ou serviços” (KATZ, 1997, v.2,

p.61 apud TOMAÉL, 2005). Outra definição importante é a que Vieira (1994) traz, onde a autora define rede como:

Um conjunto de sistemas de informação e/ou comunicação, descentralizados, intercomunicantes, formados por unidades funcionais independentes, com serviços e funções inter-relacionados, cuja interação é presidida por acordos de cooperação e adoção de normas comuns. (VIEIRA, 1994, apud TOMAÉL, 2005)

É imprescindível registrar o que Rowley (1994) trouxe em seu livro “*Informática para Bibliotecas*” como principais objetivos de uma rede de informação:

Quadro 2: Objetivos de uma Rede de Informação

1º Mostrar o conteúdo de um grande número de bibliotecas ou de um grande número de publicações, principalmente por meio do acesso a bases de dados catalográficos, com o emprego de interfaces de catálogos em linha de acesso público;
2º Fazer com que os recursos mostrados nessas bases de dados catalográficos se tornem disponíveis para bibliotecas e usuários, onde e quando sejam necessários;
3º Compartilhar custos e esforços despendidos na criação de bases de dados catalográficos, por meio do intercâmbio de registros e atividades correlatas.

Fonte: Rowley (1994, p. 285)

Tomaél (2005) ainda nos informa sobre as redes de informação da América Latina. Segundo ela, “as redes mais antigas foram criadas por organismos internacionais, principalmente com o apoio do Consejo de Investigaciones e Información en Desarrollo (CIID)”.

Em 1995 destaca-se a criação do Programa de Informação e Comunicação para Ciência e Tecnologia (PROSSIGA) que, segundo Rebel et al. (1996) apud Krzyzanowski (2007) “tem como principal objetivo promover a criação e o uso de serviços de informação, na Internet, voltados para as áreas

prioritárias do Ministério da Ciência e Tecnologia”. Além disso, esse programa visava o estímulo do uso de veículos eletrônicos de comunicação pelas comunidades das áreas desenvolvidas.

Santos (2008) diz que “no Brasil, somente em 1990 a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) conectou-se com a Internet, e no mesmo ano foi criada a RNP (Rede Nacional de Pesquisa)”, que segundo o autor foi “uma iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia”. Santos (2008) também afirma que “em abril de 1995, o Ministério das Comunicações juntamente com o Ministério da Ciência e Tecnologia decidiram implantar uma rede integrada entre instituições acadêmicas e comerciais”.

No começo do século destacaram-se as ações da CAPES, que implantou o conhecido Portal de Periódicos da CAPES, melhorando ainda mais o acesso à informação. Toda essa ação se deu no final do ano 2000 e em 2005 ela contava com 152 Instituições de Ensino e Pesquisa do país participantes do programa. Lima (2005) apud Krzyzanowski (2007) esclarece que em 2005 a CAPES obteve um total de 1 milhão de usuários, 9 mi títulos de periódicos e 90 bases de dados referenciais, totalizando um total de 80 mil acessos diários, uma estatística de uso quase inimaginável na época.

Surge então, em meados da década de 90, a Internet, possibilitando um acesso à informação mais eficaz e preciso. As bibliotecas e os serviços de informação propõem-se então a se juntar a essa nova tecnologia e usá-la em seu próprio benefício, proporcionando ao usuário um conteúdo com qualidade e rapidez.

Teotônio (2011) apud (LINHAUS; OLIVEIRA, 2010) explica que “a Internet vem sofrendo mudanças de estrutura, e essas mudanças estão tornando-a mais interativa, isso permite a oferta de vários serviços de informação pela biblioteca”.

Na década de 90, servidores disponíveis na Internet eram praticamente inexistentes. Já em 1994, “as instituições produtoras começaram a disponibilizar seus serviços na Internet e atualmente projeta-se um total de oito milhões de servidores ao final de 1996” (TEIXEIRA; SCHIEL, 1997).

Cunha (1999) esclarece que “a partir de 1994, por exemplo, com o fenomenal crescimento da Internet, as possibilidades de acessar e recuperar informações aumentaram de forma nunca antes imaginada”. Para autor, quando nos referimos a projetos de automação de bibliotecas, “a ênfase maior foi sempre para os mecanismos de descrição bibliográfica (catálogos e índices), e não no armazenamento e recuperação do próprio conteúdo dos periódicos, livros e outros documentos contidos no acervo” (SAFFADY, 1995, apud CUNHA, 1999).

É notável que “os bibliotecários receberam de bom grado a tecnologia que possibilitou fazer as coisas de uma maneira mais fácil e rápida”, e com isso sabemos que “a atual revolução tecnológica apresenta novas oportunidades de mudança”, grande parte para o melhoramento da disponibilização da informação (CUNHA, 1999).

É imprescindível registrar o pensamento do professor Marcílio de Brito, que em seu artigo “Internet: desafios e avanços no setor de informação” trouxe-nos a ideia de que a “organização dos serviços de informação e das bibliotecas encontra com a Internet, a necessidade de novos modelos administrativos e de gerência”. Segundo o autor, “os novos perfis profissionais e os novos produtos de informação abrem perspectivas para a reorganização das instituições e de seus espaços”.

As bibliotecas passarão a criar salas de acesso público à Internet, assim como abrem salas de leitura. Na Internet as bibliotecas tornam-se acessíveis à distância exigindo estruturas mais adequadas de empréstimo/cópias de documentos para usuários externos. A variedade de novas iniciativas pode se estender longamente para benefício dessa categoria de profissionais e igualmente dos usuários (BRITO, 1997; apud BLATTMANN, 2000)

Além das redes já citadas, é válido apresentar outras redes de diferentes características e tipologias, como a Rede RVBI (Rede Virtual de Bibliotecas), Rede de Bibliotecas da Prefeitura de Porto Alegre, Rede de Bibliotecas da UNESP (Universidade Estadual Paulista), Rede de Bibliotecas da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, que serão descritas a seguir.

5.5 Exemplos de redes e sistemas de biblioteca

5.5.1 Rede Especializada em Direito

Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI)

A Rede Virtual de Bibliotecas está sob a coordenação da Biblioteca do Senado Federal e tem 15 bibliotecas participantes, dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo. Atualmente possui um catálogo coletivo com diversos materiais, entre eles, livros, artigos de revistas e jornais, coleções de periódicos, obras raras somando quase 700.000 documentos. A Rede RVBI surgiu em meados dos anos 70, a partir da criação do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal, em seu processo de automação.

Oliveira e Jaegger (2005) nos dizem que exatamente no ano de 1975 iniciou-se uma rede cooperativa, formada pela Biblioteca Técnica do Prodasen e Biblioteca do Estado Maior da Armada. Ambas incluíram documentos de seus acervos no BIBR (Bibliotecas Integradas de Brasília), que era o antigo BIBL (Sistema de Referência Bibliográfica), “inicialmente previsto apenas para a Biblioteca do Senado”.

A partir da união de acervos dessas bibliotecas foi criado, em 1985, o Subsistema de Administração de Bibliotecas (SABI). Faziam parte do SABI, além das unidades já citadas, as seguintes bibliotecas: Biblioteca do Supremo Tribunal Federal, do Ministério da Indústria e Comércio, da Câmara dos Deputados, do Ministério da Justiça, do Ministério do Trabalho, do Ministério das Minas e Energia, do Governo do Distrito Federal e Codeplan, formando assim uma rede com 11 bibliotecas participantes.

As autoras informam que “com a implantação de um novo software, com interface Windows e acesso à internet, no ano de 2000 a Rede SABI passou a ser denominada Rede Virtual de Bibliotecas” (OLIVEIRA, JAEGGER, 2005). Atualmente, a Rede RVBI conta com a participação de 12 bibliotecas cooperantes (segundo o site do Senado).

Com a criação dessa rede, tornou-se necessária a criação de um termo de cooperação técnica para regulamentar os procedimentos padrões que as bibliotecas deveriam tomar.

O termo é complementado pelo “Projeto de Usuário”, que reúne normas, procedimentos e metas referentes à admissão e permanência de bibliotecas na RVBI, dentre as quais: políticas de processamento técnico e de empréstimo entre bibliotecas, e requisitos referentes a recursos humanos e materiais da proponente, que são analisados para a aceitação, ou não, na RVBI. (OLIVEIRA, JAEGGER, 2005.)

Atualmente, conta-se com o Serviço de Gerência da Rede Virtual de Bibliotecas, que tem como principais competências a coordenação da participação das demais bibliotecas participantes da Rede, controle da qualidade de informação presente nas bases de dados, padronização do processamento técnico dos documentos além de promoção de reuniões periódicas com os representantes de cada biblioteca integrante da RVBI. (Oliveira e Jaegger 2005).

Dantas e Gottschalg-Duque (2010) afirmam que “todas as bibliotecas participantes da RVBI são independentes, tendo apenas que seguir as mesmas regras bibliográficas e disponibilizar seus documentos para o uso de todas as bibliotecas integrantes da rede”. Segundo os autores, “cada biblioteca é responsável pela aquisição de seu acervo juntamente com a elaboração de critérios de funcionamento interno” (DANTAS; GOTTSCHALG-DUQUE, 2010).

Após a adesão à rede, cada biblioteca recebe o programa-cliente do aplicativo Aleph, sendo que todas as atividades são gerenciadas por este software. As bibliotecas não possuem base de dados própria. Elas colaboram com a alimentação da base de dados do Senado Federal (servidor) ficando, desta forma, totalmente centralizada, ou seja, as bibliotecas participantes dependem do servidor dessa base. (DANTAS; GOTTSCHALG-DUQUE, 2010).

A catalogação na rede RVBI é única, pois é feita uma única vez, como explicam Dantas e Gottschalg-Duque (2010). Apesar disso, ela não pode ser considerada centralizada, “já que todas as bibliotecas alimentam a base de

dados bibliográficos que fica hospedada no servidor da gerência da rede na biblioteca do Senado, onde as bibliotecas participantes fazem pesquisas”, alimentando assim a rede e efetivando empréstimo de documentos através do Aleph (DANTAS; GOTTSCHALG-DUQUE, 2010).

5.5.2 Rede de Bibliotecas Escolares

Rede de Bibliotecas da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis

Essa rede de bibliotecas da secretaria municipal de educação está sob o comando da CBEC (Coordenadoria de Bibliotecas Escolares e Comunitária). Sua composição se dá pela participação de 38 bibliotecas da região, sendo a grande maioria de escolas de ensino fundamental. Seu público é formado por professores, alunos, equipe pedagógica, diretores e demais funcionários, além da comunidade inserida nos diversos bairros do município. (SILVA; ALVES; VIAPINA, 2008)

A maioria do acervo é composta por livros de literatura infantil, contendo também obras de referência, periódicos, materiais cartográficos e audiovisuais. A classificação usada para catalogar os livros é a CDD (Classificação Decimal de Dewey), além da utilização da Tabela Cutter e da AACR2. O processamento técnico é realizado pela equipe de bibliotecários, que somam 33, sendo que 30 atuam em bibliotecas escolares. A equipe também conta com o auxílio de 27 auxiliares de biblioteca e 5 estagiários.

Em relação ao software de informatização, no primeiro momento optou-se pela utilização do WinISIS e, em segundo momento, escolheu-se o Pergamum, que é utilizado até os dias de hoje (SILVA; ALVES; VIAPINA, 2008).

5.5.3 Rede de Bibliotecas Universitárias

Rede de Bibliotecas da UNESP

Segundo Fujita (2005), o sistema de bibliotecas da UNESP é composto por 29 bibliotecas em 23 cidades de São Paulo. A base de dados escolhida é o sistema Aleph, o mesmo utilizado na Rede RVBI.

A Coordenadoria Geral de Bibliotecas, órgão da Reitoria da UNESP, participa do Consórcio CRUESP, juntamente com os Sistemas de Bibliotecas da USP e da UNICAMP, para adquirir por compra um conjunto de bases de dados referenciais e textuais de fornecedores que mantêm o acesso on-line à distância por URL's. Como instituição acadêmica com cursos de pós-graduação tem acesso on-line ao Portal Capes de periódicos eletrônicos que, por sua vez, também adquire de fornecedores que mantêm suas bases de dados em máquinas fora do Brasil e acessíveis por redes de teleprocessamento e pela WEB. (FUJITA, 2005.)

“A atuação da rede de bibliotecas universitárias da UNESP caracteriza as fases e os tipo de bibliotecas frente a uso de tecnologias”, segundo Fujita (2005). Outro aspecto importante é que a Biblioteca Digital de Teses e Dissertação organizada e produzida pela biblioteca da UNESP se encontra acessível e disponível para outras bibliotecas virtuais, além de realizar intercâmbio em sua Home Page, mediante links de acesso, como o Portal Capes, por exemplo. (FUJITA, 2005)

5.5.4 Rede de Bibliotecas Públicas, Especializadas e Escolares

Rede de Bibliotecas da Prefeitura de Porto Alegre

A Rede de Bibliotecas da Prefeitura de Porto Alegre conta a participação de bibliotecas públicas, especializadas e escolares da região e todas seguem diretrizes e normas dos órgãos aos quais estão vinculadas, mas sempre buscando um maior compartilhamento dos documentos de seu acervo para as outras bibliotecas da Rede. Foi criada com o intuito de amplificar o conteúdo educativo contido no acervo das bibliotecas, de forma a atingir um maior

número de pessoas e a facilitar o acesso à informações contidas em todas as bibliotecas cooperativa.

O software escolhido para ser a base de dados dessa rede foi o Pergamum, muito utilizado nas bibliotecas universitárias. Através da catalogação cooperativa, as bibliotecas ganharam tempo no processamento técnico dos documentos, já que muitos registros podem ser aproveitados, otimizando o tempo de busca e inclusão de registro no acervo.

O Pergamum – Sistema Integrado de Bibliotecas – é um sistema informatizado de gerenciamento de dados, direcionado aos diversos tipos de bibliotecas e que integra suas principais funções, gerenciando-as. Objetiva facilitar a gestão dos centros de informação e o aperfeiçoamento da rotina com os seus usuários (MINUZZO, Liziane, 2013 apud PERGAMUM, c2010).

A rede de bibliotecas da PMPA conta hoje com cerca de 23 bibliotecas participantes, pertencentes às secretarias, autarquias e empresas públicas da prefeitura. Utilizando o software pergamum, essa rede conta com: consulta ao catálogo on-line, renovação e reserva de livros na rede interna (intranet), recebimento automático de recibos de empréstimo e devolução através de e-mails, geração de boletim bibliográfico e demais relatórios e estatísticas, link para sugestão de aquisição de livros, etc. (MINUZZO, 2013)

Para toda e qualquer rede de bibliotecas, é necessário que se tenha um sistema de informação, que será explicado a seguir.

5.6 Sistemas de Informação

Um sistema de informação, para Ein-Dor (1983) apud Souza (2004), pode ser definido como “os procedimentos, os elementos de software e de hardware necessários para inserir e recuperar dados selecionados conforme forem sendo exigidos para a operação e a gestão de uma empresa”.

Sistema de informação é conceituado por Bio (1996) apud Souza (2004) como “um subsistema do sistema ‘empresa’, e dentro da mesma linha de

raciocínio, pode-se concluir que seja composto de um conjunto de subsistemas de informação, por definição, interdependentes”.

Segundo Rowley (2002), os sistemas de informação precisam ser gerenciados de modo eficaz, afim de proporcionar serviços úteis.

Moresi (2000) traz a ideia de que “a demanda por maior valor em um sistema de informação multimídia ou não, pode ser percebida pela qualidade dos serviços e produtos fornecidos”. Ainda segundo ele, “é preciso qualificar estes quatro fatores dando enfoque particular essência desse sistema, que é a informação”.

Estes fatores transformam-se em qualidade da informação, portfólio de produtos e serviços, custo e tempo de resposta. Um sistema de informação para fornecer valor superior deverá disponibilizar a seus clientes todos estes fatores simultaneamente. (MORESI, 2000)

Em relação às tarefas de um sistema de informação, Moresi (2000) considera que uma das primeiras seja a identificação de custos, que segundo ele pode ser analisados quantitativamente e qualitativamente. “A verdadeira compreensão da dinâmica de custos envolve a documentação do relacionamento entre as atividades e suas causas e entre as atividades de seus custos” (BAND, 1997, apud MORESI 2000).

Moresi, Ramos e Prado (2010) esclarecem que “a maioria das organizações utiliza sistemas de informação para automatizar seus processos de trabalho, para armazenar e recuperar dados e para compartilhar informações”.

“As unidades de informação, sempre incorporaram as novas tecnologias de informação às suas atividades”, segundo Cunha (2000). E isso acontece “apesar de muitas vezes serem vistas como organismos tradicionais, de forma paulatina”. O professor ainda complementa, afirmando que “essas tecnologias, ao longo dos anos, vêm provocando mudanças internas e na maneira de prover produtos e serviços aos usuários” (CUNHA, 2000).

Temos uma concepção, trazida por Tomaél (2005) de que “os serviços e as unidades de informação, organizados em rede, exercem uma função

essencial nos processos da gestão da informação”, e isso “desde a aquisição, organização, disseminação até a obtenção da informação pelo usuário final.”

Machado (2003) apud Silva (2008) diz que “a aplicação da informática nesse processo de crescimento da informação foi o grande propulsor do surgimento de sistemas de informação em bibliotecas”. Silva (2008) também diz que “sistema de informação é um sistema baseado em informações, ou seja, a sua matéria prima é a informação”, além de que, tecnicamente, “o sistema de informação pode ser definido como um conjunto de componentes inter-relacionados que coleciona ou recupera, processa e distribui informação” (SILVA, 2008).

5.7 Sistemas automatizados para bibliotecas

A automação nas bibliotecas, segundo Rodrigues e Prudêncio (2009), “surge para facilitar, uniformizar e reduzir o tempo de trabalho, atender melhor as necessidades de seus usuários, gerando um grande avanço neste campo”. E segundo os autores, “a utilização de softwares especializados para gestão de centros de informação foi o que possibilitou esse avanço” (RODRIGUES; PRUDÊNCIO, 2009).

O professor Márcio Bezerra da Silva, juntamente com o professor Guilherme Ataíde Dias (2010) nos trazem a concepção de que “o cenário corrente indica que se as bibliotecas quiserem oferecer melhores serviços aos usuários e cumprir sua missão será necessário acompanhar o desenvolvimento da sociedade, entender os hábitos e os costumes dos usuários”, e depois de entender tudo isso, é necessário que aconteça um processo de adaptação das “tecnologias às necessidades e quantidades de informação de que dispõem e utilizar um sistema automatizado que atenda aos recursos disponíveis de aquisição, sem se tornar obsoleto a médio e longo prazo”.

“O processo de automação de bibliotecas consiste nas diferentes utilizações dadas através de equipamentos de processamento eletrônico de dados em atividades ligadas à gestão em bibliotecas”, além de centros de

administração e serviço de informação. (IBICT, 199? apud DUTRA 2004 p. 3, apud RODRIGUES; PRUDÊNCIO, 2009)

No sentido geral da palavra,

automatizar significa a utilização de máquinas na execução de tarefas que antes eram executadas pelo homem. Nas bibliotecas e centros de informação, a automação surge para oferecer um atendimento eficaz e eficiente ao usuário, poupar tempo, otimizar os processos, atender a demanda, auxiliar a aquisição, tornar a organização mais precisa e principalmente atender às necessidades do usuário em curto espaço e tempo. (RODRIGUES; PRUDÊNCIO, 2009)

Segundo Mc Carty (1988) apud Rodrigues e Prudêncio (2009), existem sete características primordiais para se realizar a automação de uma biblioteca. São eles:

1. deve oferecer experiência relevante na automação de serviços bibliotecários;
2. ser adequado aos recursos financeiros e humanos da biblioteca;
3. oferecer um produto visível, inclusive ao público;
4. oferecer resultados em curto ou em médio prazo;
5. não depender para seu funcionamento da digitação de grande quantidade de dados;
6. permitir à biblioteca um controle adequado sobre suas fases principais;
7. permitir automação conforme um cronograma flexível, dependendo de conveniência de biblioteca.

Tratando-se de bibliotecas automatizadas, Cruz, Mendes e Weitzel (2004) apud Minuzzo, Carteri e Nunes (2013), corroboram que “compreende-se que estas objetivam principalmente a criação e alimentação de um catálogo coletivo, por meio de catalogação cooperativa”. Segundo os autores, “catálogos coletivos têm como função básica a possibilidade de localização das publicações neles registradas e favorecem o compartilhamento de recursos e

informações bibliográficas diversas” (CRUZ; MENDES; WEITZEL, 2004 apud MINUZZO; CARTERI; NUNES, 2013).

É importante salientar que a escolha do software numa automação de bibliotecas é fundamental. É preciso levar em consideração alguns fatores, como “a que público é destinado, qual tipo de biblioteca, que nível de processamento técnico se deseja alcançar, qual a política da instituição que a biblioteca está vinculada, qual abrangência temática e tipo de acervo existente” (RODRIGUES; PRUDÊNCIO, 2009).

Para se desenvolver uma rede de bibliotecas, é necessário que se tenha um software para auxiliar na automação da unidade de informação software este que pode ser comercial ou livre. A seguir apresentaremos alguns softwares comerciais existentes.

5.7.1 Pergamum

Segundo Anzolin (2009) apud Dantas [et al.] (2012) o Pergamum foi criado em 1988 por meio de “[...] um trabalho final de graduação do Curso de Ciência da Computação do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas da PUCPR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná), desenvolvido por alunos, com colaboração de bibliotecários da Instituição” (ANZOLIN, 2009, apud DANTAS [et al.] 2012). É notável que, em relação a esse software, “o seu mix de categorias mostra que o software é flexível e se encaixa em cada contexto organizacional e de necessidade” ANZOLIN, 2009, apud DANTAS [et al.] 2012).

O Pergamum, segundo Minuzzo, Carteri e Nunes (2013), “foi criado para automatizar os serviços e produtos de bibliotecas. Sua principal característica é disponibilizar os registros dos acervos através de um catálogo bibliográfico on-line seguindo um padrão adotado em todo o mundo”.

“O Sistema Pergamum contempla as principais funções de uma biblioteca tradicional, embora funcione de forma integrada, o que facilita a

gestão da informação possibilitando melhorar a busca e recuperação da informação” (DANTAS [et al.] 2012)

Os autores Umpierre, Favaretto e Silva (2006) considerem a Rede Pergamum como uma ótima opção de software para rede de bibliotecas. Segundo eles, o Pergamum é “um exemplo bem-sucedido de uma rede nacional de Bibliotecas [...]. Esta possui o catálogo das várias Instituições que já adquiriram o software.” Ainda segundo eles, “neste catálogo o usuário pode pesquisar e recuperar registros on-line de forma rápida e eficiente, agilizando o processo de catalogação em até 70%”.

Esta Rede é implementada através da tecnologia Htdig10. Ela recupera documentos HTML usando o protocolo HTTP e armazena informações destes documentos para posteriormente utilizá-las na consulta a estes documentos. O Htdig é considerado um indexador, pois mantém uma base de dados própria otimizada para realizar as buscas. Essa característica garante a performance no tempo de resposta quando da submissão de uma pesquisa, independentemente da quantidade de documentos no banco digital. (UMPIERRE; FAVARETTO; SILVA , 2006, p. 118)

“O sistema Pergamum oferece inúmeras possibilidades de gerenciamento e armazenamento de informações nas suas esferas de catalogação de materiais e cadastro de usuários” (DANTAS [et al.], 2012).

Segundo Dias (1998), “o Pergamum é um sistema informatizado de controle de bibliotecas. Este sistema foi implementado na arquitetura cliente/servidor, com interface gráfica, utilizando banco de dados relacional Server Query Language (SQL)”

Anzolin (2009) afirma que “o Pergamum - Sistema Integrado de Bibliotecas - está entre os principais softwares pagos disponíveis no mercado brasileiro”. A autora também coloca que um dos principais objetivos da rede Pergamum é “promover a cooperação e intercâmbio de serviços entre as bibliotecas usuárias do sistema”.

O Pergamum é visto por Carvalho [et. al] 2013 como uma rede que “utiliza o padrão MARC, o Protocolo Z39.50 e ISO 2709, fundamentais para o

intercâmbio dos registros bibliográficos e catalográficos e servem de base para a definição de formatos de entrada entre as instituições que o utilizam”.

O PERGAMUM desenvolvido pela Divisão de Processamento de Dados da Pontifícia Universidade Católica do Paraná é um sistema de gerenciamento de Bibliotecas. A manutenção do sistema é realizada por meio do aproveitamento das principais idéias de cada Instituição a fim de mantê-lo atualizado e competitivo no mercado, tornando-o capaz de gerenciar qualquer tipo de documento, atendendo bibliotecas de universidades e de outras instituições (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ, 2009, p.1, apud Feijó, 2009).

5.7.2 Aleph

Dantas e Gottschalg-Duque (2010) afirmam que “a primeira versão do Aleph foi projetada e desenvolvida em 1980, na Universidade Hebraica de Jerusalém, Israel, a partir da iniciativa de um grupo de bibliotecas, analistas de sistemas e programadores”, tornando assim o primeiro sistema de automação de bibliotecas do país (DANTAS; GOTTSCHALG-DUQUE, 2010). Os autores também explicam que o Aleph foi criado com a finalidade de “facilitar o gerenciamento do conhecimento a partir de um pacote de ferramentas que facilitassem a administração da instituição”.

O webOPAC serve como portal do usuário da biblioteca ao sistema Aleph 500tm. A interface web pode ser customizada pela biblioteca, atendendo e refletindo suas necessidades. Para que o usuário tenha acesso à base de dados da biblioteca em qualquer lugar e a qualquer momento é suficiente que esta tenha um navegador de Internet instalado na estação de trabalho. (DANTAS; GOTTSCHALG-DUQUE, 2010).

Segundo Dantas e Gottschalg-Duque (2010) “o Aleph se conecta com a base de dados através da web e as bibliotecas inserem registros e fazem pesquisas”.

5.7.3 Sophia

Dantas e Gottschalg-Duque (2010) nos trazem a informação de que “o Sophia permite a informatização da biblioteca de acordo com as necessidades da instituição sendo cada versão composta pelo Módulo Gerenciador [...] que permitem ao usuário expandir o potencial do sistema”.

O sistema Sophia de gerenciamento de bibliotecas e centros de informação foi desenvolvido em 1993 por profissionais do ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica) e da UNICAMP (Universidade de Campinas), sendo continuamente aperfeiçoado para se adequar às necessidades de cada tipo de biblioteca, desde bibliotecas infantis e escolares até universitárias, governamentais e especializadas. (DANTAS; GOTTSCHALG-DUQUE, 2010)

Em seguida abordaremos sobre o software livre, alguns exemplos desse tipo de software para bibliotecas e unidades de informação e trataremos em especial do software Dspace.

5.7.4 Software livre e o DSpace

Quando falamos em software livre, segundo Vieira [et. al.] (2006) devemos pensar que este “deve ser uma opção tecnológica”, e, sempre que possível, a sua utilização deve ser promovida e isso não só pela questão financeira, mas também pelas “possibilidades que abre no campo da produção e circulação de conhecimento, no acesso a novas tecnologias e no estímulo ao desenvolvimento de software em ambientes colaborativos, ao desenvolvimento de software nacional”.

O conceito de software livre é trazido por Reis (2003) como um “software fornecido com código fonte, e que pode ser livremente usado, modificado e redistribuído”. O autor ainda esclarece que a definição aceita pela FSF e pela Open Source Initiative – importantes entidades entre os grupos que lidam com software livre – é a de que “Software Livre é qualquer software cuja licença garanta ao seu usuário liberdades relacionadas ao uso, alteração e redistribuição”. Além disso, “seu aspecto fundamental é o fato do código-fonte

estar livremente disponível para ser lido, estudado ou modificado por qualquer pessoa interessada”.

Segundo Campos (2006), a ideia de software livre iniciou-se com Richard Stallman, na década de 80. Para ele este é o tipo de “software que pode ser usado, copiado, estudado, modificado e redistribuído sem restrição”. “O software livre já é uma alternativa economicamente viável, tecnologicamente inovadora e estável”. (SILVEIRA, 2005)

Nou Rau, Phronesis, Greenstone, FEDORA (Flexible Extensible Digital Object Repository Architecture) e o DSpace são alguns exemplos de softwares livres utilizados em diversas universidades e bibliotecas (VIEIRA, et. al., 2006).

O DSpace Institutional Digital Repository System é um projeto colaborativo da MIT Libraries e a Hewlett-Packard e “transfere para as organizações a responsabilidade pela gestão da informação técnico-científica, e pela garantia de que o acesso à essa informação será permanente” (MÁRDERO ARELLANO, 2004 apud VIANNA; MÁRDERO ARELLANO; SHINTAKU, 2005).

Texier [et. al.] (2013) corrobora que o DSpace “es una herramienta abierta desarrollada por el Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT) en colaboración com Hewlett-Packard para la implementación de su próprio repositório”.

Vianna, Márdero Arellano e Shintaku (2005) traçam algumas importantes características DSpace. Para os autores, ele se caracteriza por:

- a) ser um software livre,
- b) sua arquitetura de software é simples e eficiente,
- c) uso de tecnologia de ponta,
- d) direcionado para o acesso aberto, e
- e) intencionalmente implementado para servir de repositório institucional.

“No DSpace os dados estão organizados de forma a refletir a estrutura da instituição e se organizam em coleções” (VIANNA; MÁRDERO ARELLANO; SHINTAKU, 2005).

A meta do projeto Dspace é estudar os repositórios institucionais, incluindo aspectos tais como: controle do acesso, direitos autorais, versões digitais de documentos, recuperação, receptividade por parte da comunidade acadêmica, e suas funcionalidades para a publicação (BARTON, WALKER, 2003 apud VIANNA; MÁRDERO ARELLANO; SHINTAKU, 2005).

Em 2003 o IBICT realizou diversos estudos a respeito das ferramentas para repositório institucionais. Depois dessa análise o Instituto escolheu o Dspace como o software que mais se adequava às suas necessidades. A partir daí surgiu o repositório RIDI (Repositório Institucional Digital do IBICT) que era um projeto piloto que “visava recuperar a documentação de todas as atividades de pesquisa, publicando os conteúdos que se encontravam dispersos em diversos departamentos” (VIANNA; MÁRDERO ARELLANO; SHINTAKU, 2005).

6. A comunidade espírita: conceito e características

Tendo em vista todos esses conceitos já abordados, passamos agora para o nosso estudo de caso, que envolve as bibliotecas existentes no meio Espírita.

6.1 O que é o espiritismo?

O Espiritismo consiste em doutrina codificada pelo pedagogo francês Hippolyte Léon Denizard Rivail, mais conhecido pelo pseudônimo de Allan Kardec. Diante de uma onda de fenômenos mediúnicos que se alastrava pelos Estados Unidos e pela Europa no século XIX, o Professor Rivail se propôs não só a estudá-los como, estando pessoalmente convencido da veracidade desses acontecimentos, considerou essencial elaborar novos métodos de pesquisa e investigação científica dessas manifestações.

"O Espiritismo é a nova ciência que vem revelar aos homens, por provas irrecusáveis, a existência e a natureza do mundo espiritual, e suas relações com o mundo corporal; ele no-lo mostra, não mais como uma coisa sobrenatural, mas, ao contrário, como uma das forças vivas e incessantemente ativas da Natureza (...). (Allan Kardec, O Evangelho Segundo o Espiritismo, cap.I)

O Espiritismo funda-se em três pilares básicos: a ciência, a filosofia e a religião.

Ciência, uma vez que estuda, à luz da razão e dentro de critérios científicos, os fenômenos mediúnicos, ou seja, manifestações provocadas pelos espíritos, mas que não passam de fatos naturais. Não admite, também, a fé cega e irracional, baseada no “porque sim”, mas orienta a fé raciocinada.

É a base científica da doutrina que dá segurança e firmeza à fé dos espíritas, pois ensina que "Fé inabalável só é aquela que pode encarar a razão, face a face, em todas as épocas da humanidade". O próprio Allan Kardec afirmou, com o aval dos próprios Espíritos Superiores, que "Se algum dia a Ciência comprovar que a Doutrina está errada em algum ponto, cumpre ao espírita abandonar esse ponto equivocando e seguir a orientação da Ciência".

Filosofia, pois oferece uma interpretação da vida e responde questões como “de onde eu vim”, “o que faço no mundo”, “para onde irei depois da morte”. Tendo sido criada como uma doutrina que dá uma interpretação da vida, uma concepção própria do mundo, é uma filosofia.

Religião, pois é doutrina baseada nos ensinamentos de Jesus Cristo na sua verdadeira expressão de simplicidade, pureza e amor. Indo mais além, o Espiritismo traz uma concepção de Deus diferente da convencional: Deus é soberanamente bom, justo, misericordioso e não pode ser nivelado a inferioridade humana. Não se admite qualquer conceito que defina Deus como violento, cruel, sanguinário, vingativo, discriminador, incoerente e inconsequente.

O Espiritismo é uma religião simples, sem sacerdotes, cerimoniais ou sacramentos de qualquer espécie. Não há culto a imagens, velas, incensos, dízimos, vestes especiais ou qualquer tipo de rituais institucionalizados. É

marca do espiritismo, ainda, o respeito a todos os segmentos religiosos, uma vez que se acredita na essência do espírito independente da crença que professam.

O resultado do trabalho de Allan Kardec pode ser encontrado nos cinco livros que forma a Codificação Espírita. São eles: O Livro dos Espíritos, O Livro dos Médiuns, O Evangelho Segundo o Espiritismo, O Céu e o Inferno e A Gênese. Importante observar, entretanto, que o conjunto de princípios e leis trazidos pela Doutrina Espírita foram revelados por Espíritos Superiores, que enviavam a sua mensagem a Allan Kardec através de médiuns espalhados por diversos pontos do Globo. Cabia a ele, como Codificador da Doutrina Espírita, a análise científica de cada uma das mensagens.

O Primeiro livro codificado por Allan Kardec foi o **Livro dos Espíritos**. Publicado em 18 de abril de 1857, o livro é desenvolvido no formato de perguntas e respostas - com um total de 1018 questões – e dividido em quatro “livros”, respectivamente: “Das Causas Primárias”, que abordam os conceitos de divindade, criação e elementos fundamentais do Universo; “Do mundo dos Espíritos”, onde há a análise do conceito de Espírito e tudo que se liga a isso, seu aperfeiçoamento, sua pré e pós-existência etc.; “Das leis morais”; “Da esperança e consolações”. O Livro dos Espíritos representa o pilar filosófico da Doutrina Espírita.

Após o Livro dos Espíritos, em janeiro de 1861 foi publicado o **Livro dos Médiuns**, que aborda os fenômenos mediúnicos, que têm por causa a intervenção de espíritos na realidade física. Representa o pilar científico da doutrina espírita, versando sobre o caráter experimental e investigativo do espiritismo, visto como ferramenta teórico-metodológica para se compreender essas novas espécies de “manifestações”.

Em 15 de abril de 1864, foi publicado **O Evangelho Segundo o Espiritismo**. Dentre as obras básicas da Doutrina Espírita, é a que dá maior enfoque a questões religiosas, éticas e comportamentais dos seres humanos, representando o pilar religioso do espiritismo. Possuindo um título

autoexplicativo, neste livro são abordados os Evangelhos Cristãos sob a ótica da Doutrina Espírita.

O Céu e o Inferno, ou “A Justiça Divina segundo o Espiritismo”, foi publicado no dia 1º de agosto de 1865 e tem por principal escopo explicar a justiça de Deus segundo a Doutrina Espírita. O livro é dividido em duas partes: na primeira, podemos ver um comparado das doutrinas religiosas o que tange à vida após a morte. São esclarecidos temas como anjos, demônios, céu, inferno, penas eternas, purgatório, temor da morte etc.; na segunda parte, são encontrados depoimentos de diversas classes de espíritos sobre a situação da alma durante e após a desencarnação.

Por fim, em de janeiro de 1868, foi publicado o livro **A Gênese**, ou “Os Milagres e as Predições segundo o Espiritismo”. Neste livro, são abordadas diversas questões de ordem filosófica e científica a partir do enfoque espírita, tais como a criação do Universo, a formação dos mundos, o surgimento do espírito etc.

6.2 O Planejamento para a formação de uma Rede Virtual

Temos o relato de Hindle (2002) apud Neri (2013) onde vemos que “os primeiros conceitos de planejamento provavelmente surgiram na pré-história, embora não reconhecidos como tais, mas a atividade de planejar sempre esteve presente na humanidade”.

Oliveira (2011) apud Neri (2013) define planejamento como “um processo desenvolvido para alcançar uma situação futura almejada, de forma eficiente, eficaz e efetiva”.

O planejamento é tido para Kotler (1992, p. 63) apud Neri (2013) como um “processo gerencial de desenvolver e manter uma adequação razoável entre os objetivos e recursos da empresa e as mudanças e oportunidades de mercado”.

Maria Christina Barbosa de Almeida em seu livro *“Planejamento de Bibliotecas e Serviços de Informação”* demonstra e explica, detalhadamente, o que significa planejar e quais são as suas etapas.

Para se começar um projeto, seja ele qual for, deve-se primeiramente planejar as ações, os instrumentos que serão utilizados e as fases do projeto. Planejar significa prever, organizar, comandar, coordenar e controlar as etapas e situações que envolvem determinado trabalho (ALMEIDA, 2005, p. 1). “O planejamento não é um acontecimento, mas um processo contínuo, permanente e dinâmico, que fixa objetivos, define linhas de ação e detalha as etapas para atingi-los” elucida Almeida (2005), p. 2.

Segundo Almeida (2005), as vantagens de se planejar são:

- tornar possível a realização de determinados eventos, que talvez não acontecesse sem o planejamento;
- redução de riscos e aproveitamento das oportunidades, a partir de uma perspectiva estratégica;
- redução de incertezas a respeito do futuro.

Um dos instrumentos que constitui o planejamento é o 'plano', que pode ser considerado como "uma linha de ação preestabelecida que, em determinado período de tempo, orienta a ação na direção da missão, ou seja, o que a instituição deve fazer" (ALMEIDA, 2005). O plano é também um "evento intermediário entre o processo de planejamento e o processo de implementação do planejamento" (ALMEIDA, 2005).

Almeida (2005, p. 4) explica que o plano "é um instrumento de trabalho, um meio para alcançar os fins e objetivos determinados, uma forma de assegurar a execução. Oferece uma estrutura de referência para a tomada de decisão e é um compromisso com a mudança".

Além de fazer acontecer, o plano possibilita o controle da mudança, colaborando para que ela ocorra de modo ordenado e seja eficaz. A necessidade de um plano é determinada pela missão ou pelos objetivos institucionais, ou, ainda por problemas específicos relacionados ao bom desempenho da organização. (ALMEIDA, 2005, p. 4)

Outra parte importante do planejamento é a definição dos objetivos. Para Almeida (2005, p. 5), eles são "o ponto final do planejamento e constituem o plano básico da organização". Para a autora, "os objetivos das bibliotecas e centros de documentação devem ser sempre pensados em relação à instituição a que pertencem e à comunidade a que devem servir" (ALMEIDA, 2005, p. 5).

Sobre as políticas ou diretrizes podemos considerá-los como "planos gerais de ação, guias genéricos que definem linhas mestras, orientam a tomada de decisão e dão estabilidade à organização" (ALMEIDA, 2005, p. 6).

Em bibliotecas e serviços de informação, encontramos políticas gerais e políticas específicas, relativas às diversas áreas de atuação: políticas de formação e desenvolvimento de coleções, políticas de conservação de acervo, políticas de seleção de pessoal, políticas de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, políticas de atendimento, políticas de publicações, etc. (ALMEIDA, 2005, p. 6)

6.3 Análise dos Dados

A partir do questionário enviado, analisamos as respostas para se chegar ao diagnóstico preliminar. Para entender melhor o processo, fizemos uma tabulação das principais respostas que as quatro bibliotecas escolhidas forneceram. Para isso, atribuímos uma representação numérica para as bibliotecas escolhidas: Biblioteca Sementes de Luz (1), Biblioteca Dilermando Balbino (2), Biblioteca Luiz Sérgio (3), Biblioteca Francisco de Assis (4).

Através dessas respostas podemos nos orientar e discorrer sobre as diretrizes necessárias a serem tomadas para a formação da Rede em questão. Dividimos as respostas em 4 quadros: 1) Perfil do Acervo, 2) Recursos Humanos, 3) Serviços Prestados pela Biblioteca, e 4) Equipamentos Disponíveis e Registro dos Documentos.

Quadro 3: Perfil do Acervo

Perfil do Acervo	Biblioteca 1	Biblioteca 2	Biblioteca 3	Biblioteca 4
Assuntos	Filosofia, Religião, Ciência	Religião, Movimento Espírita, Literatura, Biografia, História	Ciência, Movimento Espírita, Literatura	Movimento Espírita
Tipo de Material	Livros (1000), Folhetos (1200), Periódicos (3 correntes), CD (50), DVD (500)	Livros, Periódicos, Folhetos	Livros (800), Periódicos (60), DVD (6)	Livros (1000), Periódicos (50), Folhetos (2000), Teses, CD (500)
Forma de Aquisição	Compra	Doação	Doação	Doação
Periódicos Correntes	3	Nenhum	1	1

Fonte: A autora

A partir das respostas podemos observar que os assuntos tratados nas bibliotecas da amostra são realmente todos relacionados ao espiritismo, fazendo delas bibliotecas especializadas. Figueiredo (1979) nos diz que bibliotecas especializadas diferenciam-se dos demais tipos de bibliotecas pela sua estrutura de orientação por assunto e também pelo fato de os objetivos das organizações ao qual pertencem serem bem específicos. Esses objetivos, segundo a autora, devem nortear todas as atividades que a biblioteca realiza e desenvolve.

Percebemos que a principal forma de aquisição da maioria dessas bibliotecas se dá através de doações. Dessa maneira podemos concluir que essas unidades não possuem um orçamento próprio. Três das quatro bibliotecas entrevistadas informaram a quantidade de material existente.

Quadro 4: Recursos Humanos

Recursos Humanos	Biblioteca 1	Biblioteca 2	Biblioteca 3	Biblioteca 4
Quantidade de Profissionais	1	2	2	1
Nível de Instrução	1 Bibliotecário com Pós-graduação em biblioteconomia	1 Estudante de biblioteconomia, 1 graduado em Agronegócio com pós-graduação	1 Estudante de biblioteconomia e 1 voluntário	1 Graduado em administração
Conhecimento Técnico (Cursos)	Curso de Microinformática, indexação, AACR II, MARC, internet, Correio eletrônico.	Curso de Microinformática, indexação, AACR II, MARC, internet, Correio eletrônico.	Curso de Microinformática, indexação, AACR II, MARC, internet, Correio eletrônico.	Curso de Microinformática, internet e correio eletrônico.

Fonte: A autora

A quantidade de pessoas atuantes nas bibliotecas pode até parecer insuficiente em um primeiro momento. Mas, conversando com os profissionais responsáveis, foi informado que esse número é suficiente para atender à demanda de frequentadores da biblioteca. Cada uma delas funciona em um dia e horários específicos, fazendo com que dessa forma os usuários saibam o horário exato de funcionamento da biblioteca.

Em três das quatro bibliotecas analisadas notamos a existência de pelo menos um profissional que possui uma noção básica de alguns conceitos biblioteconômicos. Nessas três unidades percebemos que existe o conhecimento de assuntos como AACR II (explicado na p. 36), MARC (explicado na p. 32) e indexação. E como vimos, esses formatos bibliográficos são de suma importância para uma biblioteca, visto que padronizam as informações de forma a melhor atender o usuário e organizar a própria unidade informacional. O entendimento sobre microinformática, Internet e correio eletrônico é unânime.

Quadro 5: Serviços prestados pela biblioteca

Serviços Prestados pela Biblioteca	Biblioteca 1	Biblioteca 2	Biblioteca 3	Biblioteca 4
Serviços	Consulta no local, Consulta na internet, Consulta telefônica, Consulta via e-mail.	Consulta no local, Consulta CD-ROM	Consulta na internet, Consulta telefônica, Circulação de periódicos	Consulta no local

Público Externo	Consulta no local e retirada de obras	Consulta no local e retirada de obras	Não é aberta ao público externo	Consulta no local e retirada de obras
Acesso ao Acervo	Livre	Livre	Restrito	Livre

Fonte: A autora

Os serviços prestados são aqueles tradicionais de uma biblioteca; três das quatro bibliotecas permitem a consulta das obras no local, a retirada de obras e o acesso ao acervo é livre. A unidade 3 se destaca por não permitir o acesso ao acervo e por não ser aberta ao público externo. Segundo o professor Murilo, “os produtos e serviços ofertados por determinada biblioteca dependem de sua existência e de como os recursos são alocados pela instituição. Nas bibliotecas tradicionais, grande parte de suas atividades é dependente do fator humano” (CUNHA, 1999).

Quadro 6: Equipamentos disponíveis

Equipamentos Disponíveis	Biblioteca 1	Biblioteca 2	Biblioteca 3	Biblioteca 4
Computadores	1	1	1	1
Impressoras	1	1	1	1
Telefone	1	0	0	0

Fonte: A autora

Os equipamentos disponíveis podem até suprir as necessidades de cada biblioteca até o momento, mas, pensando à frente, na Rede Virtual de Bibliotecas Espíritas, deve-se ter pelo menos mais computadores. Além de,

evidentemente, o acesso e uso da Internet, onde há normalmente a necessidade de telefonia.

Quadro 7: Formato Bibliográfico dos Documentos

Formato Bibliográfico dos Documentos	Biblioteca 1	Biblioteca 2	Biblioteca 3	Biblioteca 4
	Registros são feitos no Word com o título, autor e assunto.	Registros são feitos no Word com o título, autor e assunto.	Não informado.	Registros são feitos no Word com o título, autor e assunto.

Fonte: A autora

Notamos que os registros de são feitos de forma simples, no Word, apenas com o título, autor e assunto. Para uma rede de bibliotecas, torna-se indispensável a indexação dos documentos, a padronização dos registros através do MARC e AACR2, a catalogação e classificação de todos os itens da biblioteca. Esses padrões preconizados na Biblioteconomia para questões relacionadas ao processamento técnico da informação são de suma importância e devem ser aplicados na prática.

6.4 Diretrizes para a realização de uma Rede Virtual de Bibliotecas Espíritas no DF

A partir situação encontrada nessas bibliotecas, que são a amostra da pesquisa, podemos apresentar quais seriam as diretrizes preliminares ou planos de ação para se realizar uma Rede Virtual de Bibliotecas Espíritas.

O primeiro passo é catalogação dos documentos, com um padrão de registro como o AACR2. Os campos de preenchimento que seriam necessários são:

- 1) área do título e indicação de responsabilidade
  - 1.1) título principal
  - 1.2) títulos equivalentes (ou paralelos)
  - 1.3) outras informações sobre o título
  - 1.4) indicação de responsabilidade
- 2) área da edição
  - 2.1) indicação de edição
  - 2.2) indicações de responsabilidade da edição
- 3) área da publicação, distribuição etc.
  - 3.1) lugar de publicação
  - 3.2) nome da editora
  - 3.3) data de publicação
- 4) área da descrição física (ou colação)
  - 4.1) extensão
  - 4.2) outros detalhes físicos
  - 4.3) dimensão
  - 4.4) material adicional
- 5) área da série
  - 5.1) título principal da série
  - 5.2) título equivalente da série
  - 5.3) outras informações sobre o título da série
  - 5.4) indicação de responsabilidade da série
  - 5.5) ISSN da série
  - 5.6) numeração da série
- 6) área de notas
- 7) área do número normalizado e modalidades de aquisição
  - 7.1) ISBN
  - 7.2) modalidades de aquisição
  - 7.3) qualificação

Depois dessa catalogação, as bibliotecas deveriam passar para a parte de classificação dos documentos, o qual sugerimos a CDE – Classificação Decimal Espírita, desenvolvida pelo Bibliotecário Geraldo Campetti. Esse código de classificação atende de uma forma mais completa as necessidades das bibliotecas espíritas, por ser tão específico da área.

Notamos que o acervo de 3 das 4 bibliotecas analisadas é praticamente formado apenas por doações. Quando pensamos em uma Rede, a compra de materiais torna-se um objeto fundamental. Para que isso ocorra, é necessário que as bibliotecas espíritas conversem com as suas entidade mantedoras – no caso as Casas Espíritas – a respeito de possuírem um orçamento próprio mínimo.

O treinamento dos recursos humanos disponíveis em cada das bibliotecas é também de suma importância. No caso da nossa amostra, recomendamos que a responsável pela Biblioteca 1, que é a única formada em Biblioteconomia, em parceria com a ABDF (Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal), encaminhe e incentive os responsáveis pelas demais bibliotecas para a realização dos cursos propostos pela Associação.

Analisando as respostas vemos que existe o conhecimento, por parte dos responsáveis das bibliotecas, a respeito de alguns assuntos bem específicos da Biblioteconomia. É necessário que esses conhecimentos sejam aplicados na prática, cada um em seu ambiente individual, para que depois passemos para o coletivo.

Os serviços prestados que recomendamos, além dos já realizados em cada uma dessas bibliotecas, são serviços típicos de uma rede de bibliotecas, já citados aqui no nosso trabalho (p. 15), a saber: aquisição consorciada, catalogação cooperativa, catálogos coletivos, acesso a OPAC acesso a documentos (comutação) e empréstimo entre bibliotecas (LEIRO, 2010).

Sobre a escolha do software para o processo de automação da biblioteca, o professor Márcio Bezerra da Silva, juntamente com o professor Guilherme Ataíde Dias (2010) fazem a seguinte recomendação:

O software a ser adquirido, além de atender às necessidades informacionais exigidas pela biblioteca, deve ser compatível com a estrutura e a cultura organizacional, com o equipamento de hardware presente, com o tamanho do acervo e com o perfil dos usuários.

Sendo assim, nossa sugestão seria a utilização do Software DSpace (explicado na página 54), por ser um software simples, gratuito, livre, além de ser customizado e distribuído pelo IBICT, que é uma excelente garantia. No processo de automação é imprescindível que a biblioteca possua, além de computadores, acesso à internet.

Para o padrão bibliográfico, indispensável quando se trata de Rede de Bibliotecas, sugerimos o uso do padrão Dublin Core (explicado na página 36), que foi desenvolvido para catalogadores e não-catalogadores, visto que a grande maioria das bibliotecas não são gerenciadas por bibliotecários.

Para proporcionar um acesso mais fácil e rápido aos usuários, é pertinente a criação de um site coletivo que possibilite acesso único do acervo de todas as bibliotecas da rede. Poderia até mesmo fazer uma integração com as redes sociais, visto que elas podem proporcionar um maior apelo de divulgação das informações.

Ferramentas como o YouTube, Wiki, sítios de relacionamento, como o Facebook e o MySpace, são exemplos de como a biblioteca pode se inteirar dessa tecnologia, utilizando o conteúdo disponibilizado para auxiliar o atendimento ao usuário (CUNHA, 2012)

O trabalho em Rede requer compromisso e dedicação de ambas as partes. Por isso, as bibliotecas envolvidas nesse processo precisam estar integradas e conectadas de tal forma que as decisões possam ser tomadas juntas, visando o melhor para todos.

7. Considerações Finais

A partir do diagnóstico realizado podemos perceber que propor uma Rede Virtual de Bibliotecas Espíritas no DF não é uma tarefa tão simples. A

ideia inicial era realizar um projeto que fosse facilmente aplicado, mas diante do cenário encontrado percebemos que, antes de se pensar em uma Rede Virtual para as Bibliotecas Espíritas, é preciso mudar a forma de como esse tipo de biblioteca é visto pelas próprias Casas Espíritas. É necessário mostrar que, mais do que um depósito de livros, a biblioteca é um espaço para divulgação da Doutrina Espírita e para isso deve-se organizar as informações de tal maneira que o usuário possa saciar sua sede de conhecimento.

A criação de uma Rede Virtual de Bibliotecas Espíritas é um projeto possível, porém trabalhoso. Para que ele ocorra, é necessário que haja primeiramente um interesse dos Centros Espíritas em aderir a essa proposta. Não são todos que acham que o desenvolvimento de uma rede traria benefícios para os usuários. A partir desse interesse deve-se partir para os diálogos, detalhamento de planos e metas e identificação dos problemas e interesses comuns.

A proposta é fazer com que as bibliotecas espíritas percebam o potencial que possuem para organizar as informações e disponibilizar para a sua comunidade. Assim, com uma Rede Virtual de Bibliotecas Espíritas no Distrito Federal, poderíamos superar as expectativas de divulgação e privilegiar o leitor espírita, fazendo com que, para ele, se abra um leque ainda maior de opções de documentos e suportes.

Como já citamos anteriormente em nossa revisão de literatura (p. 27), o ambiente em rede é cercado por trabalho cooperativo e compartilhamento de ideias, e isso propicia um intercâmbio informacional e a geração de novos conhecimentos. Estimula-se, dessa forma, o auxílio na supressão de lacunas na área, no aprimoramento dos profissionais atuantes, nos serviços prestados, no acervo e produtos, tudo beneficiando o usuário final (OLIVEIRA, 2012).

Ao final da presente pesquisa, percebemos que conseguiu-se propor as diretrizes necessárias para se dar um primeiro passo para uma futura Rede de Bibliotecas Espíritas no Distrito Federal. Discorreremos sobre alguns

conceitos importantes que devem ser entendidos para se realizar uma rede, identificamos as características e peculiaridades das bibliotecas espíritas que escolhemos para comporem a nossa amostra e fizemos um diagnóstico preliminar para propor as diretrizes. Conseguimos, dessa forma, alcançar os nosso objetivo geral e nossos objetivos específicos previstos no início do trabalho.

Entendendo conceitos como rede de informação, formatos e padrões bibliográficos, sistema de informação e sistemas automatizados, podemos analisar e sugerir o melhor caminho a ser tomado para a formação de uma Rede de Biblioteca Espíritas. Avaliando a atual situação das bibliotecas espíritas, percebemos que para que se crie uma Rede Virtual, é necessário que aconteçam grandes mudanças.

Mudar não é fácil; a mudança normalmente vem acompanhada de sacrifícios que nem sempre estamos dispostos a realizar. Mas, quando abrimos os nossos horizontes, vemos que existe a possibilidade de mudar para melhor, de aprimorar as atividades desempenhadas por nós, de forma a proporcionar àqueles que dependem do nosso serviço um resultado mais satisfatório.

8. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa. **Planejamento de Bibliotecas e Serviços de Informação**. 2. ed., rev. e ampl., Brasília, DF: Briquet Lemos, 2005.

ANZOLIN, Heloisa Helena. **Atualizações em AACR2**. IX Encontro Nacional dos Usuários da Rede Pergamum, Paraná, 2007.

ANZOLIN, Heloisa Helena. Rede pergamum: história, evolução e perspectivas.

BARBOSA, Elvina Maria de Sousa; EDUVIRGES, Joelson Ramos. **O formato MARC 21: principais vantagens para bibliotecários, bibliotecas e usuários para a recuperação da informação**. Universidade Federal da Paraíba, 2010.

BLATTMANN, Ursula; RADOS, Gregório J. Varvakis. Bibliotecas públicas na internet: serviços e possibilidades. **Revista ABC**, v.5, n.5, 2000.

BRITO, Marcílio de. Internet: desafios e avanços no setor de informação. **R. Bibliotecon. Brasília**, v. 21, n. 1, p. 131-141, jan./jun. 1997.

BROWN, Doris R. Consórcios e redes de bibliotecas acadêmicas dos EUA. **Transinformação**, Campinas, v.10, n.1, p.33-61, jan./ abr., 1998.

CAMPOS, Augusto. **O que é software livre**. BR-Linux. Florianópolis, março de

CARVALHO, Fabiana Schtspar Gomes de. [et. al]. **Rede de Bibliotecas Integradas do Exército** (Rede BIE): relato de experiência. XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação – Florianópolis, SC, Brasil, 07 a 10 de julho de 2013.

CÔRTE, Adelaide Ramos e [et. al.] Automação de bibliotecas e centros de documentação: o processo de avaliação e seleção de softwares. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 241-256, set./dez. 1999.

CUNHA, Murilo Bastos da; JESUS, Deise Lourenço de. Produtos e serviços da web 2.0 no setor de referência das bibliotecas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.17, n.1, p.110-133, jan./mar. 2012.

CUNHA, Murilo Bastos da. Desafios na construção de uma biblioteca digital. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 257-268, set./dez. 1999.

CUNHA, Murilo Bastos da. Novas tecnologias, redes de informação e educação à distância. **Rev. Biblioteconomia**, v.23/24, n.3, p.403-420, 1999/2000.

DA SILVA, M. B. ; DIAS, G. A. . O Sistema de Automação em Bibliotecas OpenBIBLIO aplicado à disciplina Automação em Bibliotecas. **Biblionline** (João Pessoa), v. 6, p. 53-71, 2010.

DANTAS, Cleide Furtado Nascimento. A mediação da informação na rede de bibliotecas do Ministério Público Federal: um mapeamento sobre o uso dos serviços de referência *online* disponíveis no sistema Pergamum. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 19-31, 2012.

DANTAS, Suellen Fernandes; GOTTSCHALG-DUQUE, Cláudio. Usabilidade: um estudo de caso dos *webOPACS* dos sistemas Aleph e Sophia na biblioteca ministro Rubem Rosa do TCU. **Biblionline**, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 10-24, 2010.

DIAS, Tânia Mara. Pergamum: Sistema informatizado da biblioteca da PUC/PR. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 319-328, set./dez. 1998.

FEIJÓ, Hilda Carolina. **A participação das bibliotecas universitárias em redes cooperativas no Brasil**. Dissertação (Monografia em Biblioteconomia), Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

FIGUEREIDO, Nice. Bibliotecas universitárias e especializadas: paralelos e contrastes. **Revista Biblioteconomia**, Brasília, v.7, n.1, jan./jun., 1979.

Florianópolis. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.13, n.1, p.211-222, jan./jun., 2008.

FONSECA, Manoel Izidoro da. A Rede De Bibliotecas Jurídicas do Poder Público do Estado do Rio De Janeiro: uma Proposta. Monografia (Pós Graduação em Administração Judiciária), Rio de Janeiro, 2005.

GONÇALVES, Paulo de Castro; LEÃO, Cristina Machado; VIANNA, Márcia Milton. **Adequação do Dublin Core ao AACR2**: o caso da Biblioteca Digital da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documento e Ciência da Informação – Florianópolis, SC, Brasil, 07 a 10 de julho de 2013.

KRZYZANOWSKI, Rosaly Fávero. Cooperação em bibliotecas no Brasil: um panorama da década de 50 até nossos dias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.3, n.1, p.1-24, jan-jun. 2007.

LEAL, Janaina. A importância da implantação de uma administração voltada para aquisição de periódicos em bibliotecas em sistemas de rede. **Rev. Dig. Bibl. Ci. Inf.**, Campinas, v.9, n.1, p.81-91, jul./dez. 2011.

LEIRO, Jayme. **Atividades cooperativas**. (slides) Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Brasília, 2010.

LIMA, Gercina Ângela Borém. Softwares para automação de bibliotecas e centros de documentação na literatura brasileira até 1998. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 310-321, set./dez. 1999

LIMA, João Alberto de Oliveira. **Modelo genérico de relacionamentos na organização da informação legislativa e jurídica**. Tese (Doutorado), Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Brasília, 2008.

MENEZES, Júlia Gomes de. **As competências do bibliotecário no mundo digital**. Monografia (Graduação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Brasília, 2014.

MINUZZO, Liziane Ungaretti; CARTERI, Karin Kreismann; NUNES, Michele Carvalho. **A rede de bibliotecas da prefeitura de Porto Alegre e o sistema pergamum**. II Encontro Nacional de Catalogadores, Porto Alegre, 2013.

MORESI, Eduardo Amadeu Dutra. Delineando o valor do sistema de informação de uma organização. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 14-24, jan./abr. 2000.

MORESI, Eduardo Amadeu Dutra; RAMOS, Rosana Guedes Cordeiro; PRADO, Hércules Antônio do; Mapeamento de informações organizacionais: um estudo na Embrapa. **Transinformação**, Campinas, v.22, n.2, p.101-110, maio/ago., 2010.

NERI, Vandeilson Soares. **Planejamento de bibliotecas digitais: teorias, conceitos e métodos**. Monografia (Graduação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciências da Informação, Brasília, 2013.

OLIVEIRA, Caroline Brito de. **Cooperação, compartilhamento e colaboração na rede de bibliotecas e centros de informação em arte no Estado do Rio de Janeiro – REDART/ RJ**. Dissertação (Tese de Mestrado em Ciência da Informação), Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2012.

OLIVEIRA, Zita Prates de [et. al] O uso do campo MARC 9XX para controle bibliográfico institucional. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 179-186, maio/ago. 2004.

REIS, Christian Robottom. **Caracterização de um processo de software para projetos de software livre**. Dissertação, Universidade de São Paulo, 2003.

Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.14, n.2, 493-512, jul./dez., 2009.

RODRIGUES, Anielma Maria Marques; PRUDÊNCIO, Ricardo Bastos Cavalcante. Automação: a inserção da biblioteca na tecnologia da informação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 5, n. 1/2, 2009.

RODRIGUES, Márcia Carvalho; TEIXEIRA, Marcelo Votto. Aplicabilidade dos campos 490 e 800-830 do Formato MARC 21 para Dados Bibliográficos. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 39 n. 3, p.47-60, set./dez., 2010.

ROSETTO, Márcia. **Uso do Protocolo Z39.50 para recuperação de informação em redes eletrônicas**. Dep. Técnico do SIBi/USP Universidade de São Paulo - SIBi/USP, 1998.

SANTOS, Gildeir Carolino. **Rede do conhecimento digital**. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, 2008.

SILVA, Fernanda Cláudia Lückmann da; ALVES, Gisele; VIAPIANA, Noeli. Informatização da rede de bibliotecas da Secretaria Municipal de Educação de

SILVA, Márcio Bezerra da; DIAS, Guilherme Ataíde. O sistema de automação em bibliotecas *openBIBLIO* aplicado à disciplina automação em bibliotecas. **Biblionline**, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 53-71, 2010.

SILVA, Oscar Américo da. **AACR2 e RDA: mudanças e estimativas para a biblioteca nacional**, 2013. Dissertação (Monografia em Representação da Informação) – Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2013.

SILVA, Patrícia Maria. Sistema de informação em bibliotecas: o comportamento dos usuários e bibliotecários frente às novas tecnologias da informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.5, n. 2, p. 1-24, jan/jun. 2008.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica**. Seminários Temáticos para a 3ª Conferência Nacional de C, T & I, junho, 2005.

SIQUEIRA, Regina Boanerges. **Redes de Bibliotecas: novas tecnologias de apoio na capacitação de pessoal na Marinha do Brasil**. Brasil, 2011.

TEIXEIRA, Cenidalva Miranda de Sousa. SCHIE, Ulrich. A internet e seu impacto nos processos de recuperação da informação. **Ci. Inf.** vol. 26 no. 1 Brasília, Jan./Apr. 1997.

TEOTONIO, Mara Karoline Lins. Bibliotecário 2.0: novos desafios na era da sociedade em rede. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 34-49, jan./jul. 2011.

TEXIER, Jose [et. al.]. DSpace como herramienta para un repositorio de documentos administrativos en la Universidad Nacional Experimental del Táchira. **Rev. Interam. Bibliot. Medellín** (Colombia) Vol. 36, número 2/mayo-agosto 2013 pp. 109-124

TOMAÉL, Maria Inês. Redes de informação: o ponto de contato dos serviços e unidades de informação no Brasil. **Inf. Inf.**, Londrina, v.10, n.1/2, jan./dez, 2005.

UMPIERRE, Ana Glenyr de Godoy; FAVARETTO, Betânea; SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. Catálogos virtuais das bibliotecas universitárias no Brasil: realidade e perspectivas para a criação de uma rede cooperativa nacional. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.16, n.1, p.113-120, jan./jun. 2006.

VIANA, C. L. M.; MÁRDERO ARELLANO, M. A.; SHINTAKU, M. **Repositórios institucionais em ciência e tecnologia**: uma experiência de customização do DSpace. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Brasília, 2005.

VIEIRA, Simone Bastos [et al.]. **Projeto biblioteca digital do Senado Federal**: informação para todos. Senado Federal, Secretaria de Biblioteca, Secretaria Especial de Informática – PRODASEN, Comissão Biblioteca Digital, Brasília, 2004.

Citações

1. Em:<ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais/Religiao_Deficiencia/tab1_4.pdf>, Acesso em 20 de novembro de 2014.
2. Em:<<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=1&idnoticia=2170&t=censo-2010-numero-catolicos-cai-aumenta-evangelicos-espiritas-sem-religiao>>, Acesso em 20 de novembro de 2014.
3. Em:<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=df&tema=censo-demog2010_relig> Acesso em 20 de novembro de 2014.
4. Em:<<http://www.febnet.org.br/ba/file/Pesquisa/OBRAS%20DE%20REFEReNCIA%20DO%20ESPIRITISMO.pdf>>, Acesso em 20 de novembro de 2014.

9. ANEXO A

REDE VIRTUAL DE BIBLIOTECAS ESPÍRITAS DO DISTRITO FEDERAL - RVBE

QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS DE BIBLIOTECA PROPONENTE

QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS SOBRE A INFRAESTRUTURA DA BIBLIOTECA

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 DA ENTIDADE MANTENEDORA

Nome: _____

Sigla: _____

1.2 DA BIBLIOTECA, CENTRO/SERVIÇO/DIVISÃO DE INFORMAÇÃO OU DOCUMENTAÇÃO

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ UF: _____

Telefone: _____ Ramal: _____

Fax: _____ E-Mail: _____

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:

Manhã: De _____ às _____

Tarde: De _____ às _____

PRESIDENTE DO CENTRO ESPÍRITA:

_____

2 PERFIL DO ACERVO

2.1 NUMERE OS ASSUNTOS PREDOMINANTES, UTILIZANDO OS SEGUINTE CÓDIGOS:

1=50% OU MAIS   2=20% OU MENOS   3=10% OU MENOS

- ( ) - GENERALIDADE
- ( ) – FILOSOFIA
- ( ) – RELIGIÃO
- ( ) – CIÊNCIA
- ( ) – EVENTO
- ( ) – MOVIMENTO ESPÍRITA
- ( ) – EDUCAÇÃO
- ( ) – ARTE. COMUNICAÇÃO
- ( ) – LITERATURA
- ( ) – HISTÓRIA. BIOGRAFIA

OUTRAS ÁREAS. ESPECIFIQUE:

2.2 QUAL O TIPO DE MATERIAL PREDOMINANTE?

MARQUE, DE 10 A 1, SENDO 10 DE MAIOR QUANTIDADE:

- ( ) LIVROS
- ( ) PERIÓDICOS
- ( ) FOLHETOS/SEPARATAS
- ( ) TESES/DISSERTAÇÕES

( ) OUTROS. QUAIS? _____

2.3 QUAL É A COMPOSIÇÃO DO ACERVO?

A) LIVROS E FOLHETOS:

Nº DE TÍTULOS: _____

Nº DE VOLUMES: _____

B) CD-ROM: _____

C) MICROFILMES: _____

D) TÍTULOS DE PERIÓDICOS

Nº DE PERIÓDICOS CORRENTES: _____

E) OUTROS TIPOS DE MATERIAIS: _____

_____
_____

2.4 ESPECIFIQUE, PROPORCIONALMENTE, A FORMA DE AQUISIÇÃO DE PERIÓDICOS

Nº DE PERIÓDICOS POR COMPRA: _____

Nº DE PERIÓDICOS POR DOAÇÃO: _____

Nº DE PERIÓDICOS POR PERMUTA: _____

3 RECURSOS HUMANOS

3.1 INDIQUE A QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS:

NÍVEL DE INSTRUÇÃO:

PÓS-GRADUAÇÃO: BIBLIOTECONOMIA _____

PÓS-GRADUAÇÃO: OUTRAS ÁREAS* _____

GRADUAÇÃO: BIBLIOTECONOMIA _____

GRADUAÇÃO: OUTRAS ÁREAS** _____

PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO _____

VOLUNTÁRIO _____

3.2 DENTRE OS PROFISSIONAIS LOTADOS NA BIBLIOTECA, QUANTOS POSSUEM:

CURSO DE MICROINFORMÁTICA: _____

CURSO DE INDEXAÇÃO: _____

CURSO DE AACR-II: _____

CURSO DE MARC: _____

CURSO DE INTERNET: _____

CORREIO ELETRÔNICO: _____

CERTIFICADO DE AUXILIAR DE BIBLIOTECA: _____

4 SERVIÇOS PRESTADOS (ASSINALE COM UM X)

( ) CONSULTA NA INTERNET   ( ) CONSULTA CD-ROM

( ) CONSULTA TELEFÔNICA   ( ) CONSULTA VIA FAX

( ) CONSULTA VIA E-MAIL   ( ) CONSULTA NO LOCAL

( ) BIBLIOGRAFIAS

( ) RESUMOS

( ) SUMÁRIOS CORRENTES   ( ) TRADUÇÃO

( ) CIRCULAÇÃO DE PERIÓDICOS

( ) CÓPIAS GRÁTIS

( ) USUÁRIO INTERNO   ( ) USUÁRIO EXTERNO

( ) CÓPIAS PAGAS

( ) USUÁRIO INTERNO   ( ) USUÁRIO EXTERNO

( ) EMPRÉSTIMO ENTRE BIBLIOTECAS

( ) OUTROS. QUAIS? _____

4.1 A BIBLIOTECA É ABERTA AO PÚBLICO EXTERNO?

( ) SIM   ( ) NÃO

4.2 QUE SERVIÇOS ESTÃO DISPONÍVEIS PARA OS USUÁRIOS EXTERNOS?

( ) CONSULTA LOCAL   ( ) RETIRADA DE OBRAS

( ) OUTROS: _____

_____

_____

4.3 ACESSO AO ACERVO

( ) LIVRE   ( ) RESTRITO

5 PUBLICAÇÕES EDITADAS PELA ENTIDADE MANTENEDORA OU PELA BIBLIOTECA(*)

TÍTULO	PERIODI- CIDADE	DISTRIBUIÇÃO		
		INTERNA	EXTERNA	
			PAGA	GRÁTIS

(*) Se for necessário, utilize o verso ou folha avulsa

6 INFORMAÇÕES SOBRE EQUIPAMENTOS E SOFTWARE

6.1 EQUIPAMENTOS INSTALADOS NA BIBLIOTECA

QUANTIDADE DE COMPUTADORES: _____

QUANTIDADE DE IMPRESSORAS: _____

TIPO DE LINHA DE COMUNICAÇÃO: _____

CAPACIDADE DE MEMÓRIA (BYTES): _____

QUANTIDADE DE COMPUTADORES LIGADOS À INTERNET: _____

VELOCIDADE DA LIGAÇÃO À INTERNET: _____

6.2 UTILIZA ALGUM SISTEMA AUTOMATIZADO? QUAL E EM QUE FORMATO? SE SIM COMPLETE O ITEM 6.3.

6.3 VOLUME DE REGISTROS NA (s) BASE (s) DE DADOS (s) E QUAL FORMATO BIBLIOGRÁFICO

---

7. INFORMAR OS TÍTULOS DE PERIÓDICOS QUE INDEXA, MENCIONANDO OS ÚLTIMOS VOLUMES INDEXADOS, COM MÊS E ANO.

CONTATOS

CAMILA DÓRIA FREIRE SOUZA

Email: camiladoria.freiresouza@gmail.com

Telefone Residencial: 3489-1757

Telefone Celular: 8100-8966